

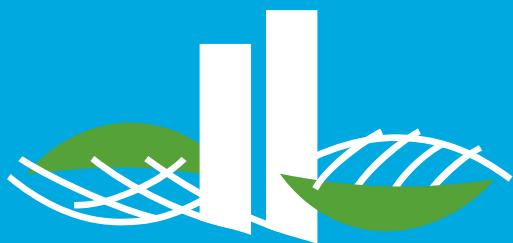
INFORMATIVO ANUAL 2025



Frente Parlamentar Mista
Ambientalista

Meio ambiente, democracia e ação coletiva.

**O registro das ações, encontros e
mobilizações que marcaram 2025 na
defesa da agenda socioambiental e dos
nossos biomas no Congresso Nacional.**



**Frente Parlamentar Mista
Ambientalista**

Sumário

A Força da Frente Ambientalista em um Ano de Desafios	4
O Paradoxo de Bill Gates: Por que Tirar o Foco do Clima é um Erro?	5
Frente Ambientalista define prioridades para 2025 em primeira reunião presencial do ano ...	6
Debate discute adaptação e justiça socioambiental no caminho para a COP30	7
Acordo de Escazú em debate na Frente Parlamentar Ambientalista	7
Oficina destaca importância do Código Florestal para a agenda climática brasileira	8
Plano propõe ações urgentes contra a contaminação por mercúrio na Amazônia	8
Debate destaca papel estratégico do Pantanal na agenda climática da COP30	9
Debate discute Tratado Global contra a Poluição Plástica	9
Audiência pública debate qualidade da água na Mata Atlântica	10
GT de Empresas da Frente Ambientalista apresenta agenda estratégica no Congresso	11
Sociedade civil cobra e governo assume compromisso de ampliar participação na COP30	12
Ato em Brasília mobiliza sociedade contra o PL do Licenciamento Ambiental	12
Dia da Mata Atlântica é celebrado com lançamento da Virada Parlamentar Sustentável 2025 ...	13
Lei do Mar é aprovada na Câmara após 12 anos de mobilização liderada pela Frente Ambientalista	14
Seminário na Câmara debate racismo ambiental e propõe carta de recomendações	15
Sessão Solene pelo Dia Mundial do Meio Ambiente é marcada por protestos contra o PL da Devastação	16
Curso de Legislação Ambiental fortalece diálogo entre Parlamento e sociedade durante a Semana do Meio Ambiente	16
Frente Ambientalista recebe congressistas da Colômbia para diálogo sobre a Amazônia e a COP30	17
Seminário debate a centralidade do orçamento nas políticas socioambientais e climáticas	17
Frente Ambientalista e sociedade civil unidas contra o PL da Devastação	18

GT Animal da Frente Ambientalista ganha nova coordenação e formato de atuação	18
GT Juventudes promove oficina sobre processo legislativo e incidência política	19
Exposição “Cinzas da Floresta” mobiliza Parlamento pela proteção do Pantanal	19
Coletiva de imprensa reforça apelo pelo adiamento da votação e pela defesa do licenciamento ambiental	20
Frente Ambientalista entrega ao presidente Lula documento com pedidos de veto ao PL da Devastação	21
Lançamento da Agenda Legislativa do Observatório do Clima	21
1º Encontro das Juventudes do Cerrado promove diálogo entre jovens e parlamentares na Câmara dos Deputados	22
Audiência Pública debate racismo ambiental e justiça climática na Câmara dos Deputados	22
Debate no Congresso reforça urgência de orçamento robusto para enfrentar a crise climática ...	23
Café da Manhã debate soluções para a poluição plástica	23
GT Empresas realiza seminário sobre economia circular do plástico	24
GT Água participa do Encontro Nacional de Comitês de Bacias	24
Seminário preparatório debate desafios e oportunidades da COP30	25
Frente Ambientalista promove reunião técnica sobre os riscos do PL do Licenciamento	25
A Frente Ambientalista avança na construção de seu Documento de Posição para a COP30	26
Café da Manhã em Comemoração ao Dia Internacional dos Animais	26
Impactos socioambientais e climáticos da expansão de data centers e da inteligência artificial	27
Audiência pública reúne jovens de todo o país pela justiça climática	27
GT Juventudes inicia novo ciclo sob liderança da deputada Natália Benevides (PT-RN)	28
Novo GT de Mineração reforça ação da Frente Ambientalista na defesa dos territórios	28
Audiência debate impactos da exploração de petróleo na Foz do Amazonas	29
Observatório do Clima realiza seminário no Congresso sobre a preparação do Brasil para a COP30	29

Frente Ambientalista discute transição energética justa com trabalhadores e trabalhadoras ...	30
Comissão da Amazônia debate Política Nacional de Bioeconomia	30
Frente Ambientalista apresenta diretrizes estratégicas para a COP30	31
GT Mineração em defesa dos direitos dos territórios e da natureza	32
GT Orçamento: por uma governança climática interfederativa, com recursos adequados e participação social	32
Grupos de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista	33
Frente Ambientalista participa de painel sobre Cidades Resilientes na COP 30	36
GT Juventudes lança Agenda Legislativa na COP30	36
Frente Ambientalista discute o papel do Parlamento na implementação da NDC na COP30 ...	37
GT Clima destaca justiça climática durante a COP30	37
Frente Ambientalista debate o papel do Legislativo na Casa IPÊ	38
GT de Educação Ambiental apresenta estudo sobre fake news climáticas na COP30	38
Frente Ambientalista marca presença na Marcha Global pelo Clima na COP30	39
GT Mar debate integração de soluções oceânicas na ação climática durante a COP30	39
Frente Ambientalista participa de evento sobre alimentação sustentável na COP30	40
Posicionamento sobre os Mapas do Caminho do Brasil na COP 30	40
COP30 e o legado da Amazônia para o Clima	41
Ferramentas de Transparência e Incidência Legislativa	42
Frente Ambientalista na Mídia 2025	44
Frente Ambientalista na Mídia Câmara dos Deputados	44
A Frente Ambientalista nas Redes Sociais	46
Ações da Frente Ambientalista em 2025 - Um Ano de Mobilização e Diálogo	47
Formulário de Inscrição	48
Agradecimentos	49

A Força da Frente Ambientalista em um Ano de Desafios e Conquistas

O ano de 2025 marcou profundamente a agenda ambiental brasileira. Com a realização da COP30 em Belém, o país mostrou ao mundo que a defesa do clima e da sociobiodiversidade não é apenas um compromisso diplomático, mas um projeto nacional em construção. A conferência comprovou que o Brasil tem capacidade de liderança global quando articula ciência, capacidade de mobilização e abertura à participação da sociedade civil, pilares que também orientam o trabalho da nossa Frente Parlamentar Ambientalista.

Ao longo deste ano, enfrentamos retrocessos importantes, em especial tentativas de fragilizar o licenciamento ambiental, os direitos territoriais e a proteção dos biomas. Em um Congresso cada vez mais pressionado por interesses econômicos de curto prazo, atuamos com firmeza para impedir a desconstrução de marcos essenciais para a vida nos territórios. E cada passo dado só foi possível graças à articulação entre parlamentares comprometidos, movimentos sociais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e órgãos públicos que permanecem vigilantes. Também foi uma vitória importante termos

aprovado na Câmara, na semana que antecedeu a COP-30, projetos estratégicos para a agenda socioambiental, como o Acordo de Escazú.

Nossa Frente opera hoje por meio de uma coordenação política, sua assessoria técnica e 14 Grupos de Trabalho, que organizam e aprofundam nossa atuação em temas estratégicos como clima, água, defesa do Cerrado e do Pantanal, causa animal, educação ambiental, empresas, proteção dos mares, juventudes, questões urbanas, resíduos sólidos, racismo ambiental e energias renováveis. Esses GTs não apenas sistematizam nossas ações, mas também ampliam o diálogo com a sociedade e fortalecem a elaboração de propostas consistentes.

Este informativo apresenta parte desse esforço coletivo. Reunimos aqui lutas, debates e resultados que reafirmam o compromisso da Frente com um Brasil sustentável, justo e preparado para enfrentar os impactos da crise climática. Seguiremos firmes porque proteger o meio ambiente é proteger o povo brasileiro e o futuro do país.

Deputado Federal Nilto Tatto (PT – SP)
Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista na Câmara dos Deputados



O Paradoxo de Bill Gates: Por que Tirar o Foco do Clima é um Erro?

Bill Gates recentemente defendeu uma mudança de foco em relação à questão ambiental: em vez de combatermos as mudanças climáticas diretamente, deveríamos priorizar o bem-estar humano, sobretudo nos países pobres. Li seu artigo e, como alguém que acompanha a crise climática, uso discordar dele. A visão que apresenta, embora bem-intencionada, é um erro estratégico perigoso a meu ver.

A reação da comunidade científica não foi amena. O renomado climatologista Michael Mann classificou a proposta de Gates como uma forma de "negação suave" da crise climática. Para mim, a avaliação de Mann acerta o alvo: minimizar os efeitos das mudanças climáticas desmobiliza políticas públicas e investimentos cruciais exatamente quando mais precisamos deles e, pior, enfraquece a busca das ações necessárias de respostas rápidas e eficazes.

Gates argumenta que devemos nos concentrar no combate à pobreza, embora não desconheça a importância da dimensão climática. A intenção é nobre, mas a lógica é paradoxal. Ignorar a crise climática é na prática subestimar a interdependência entre clima e desenvolvimento humano. Menosprezar o combate climático na verdade aprofundaria a pobreza.

Vejo isso de forma clara: a agricultura familiar, sustento de milhões de pessoas, já sofre com a redução de chuvas e secas prolongadas, que destroem colheitas e comprometem a segurança alimentar; eventos extremos, como enchentes e ondas de calor, arrasam comunidades vulneráveis, am-

pliam desigualdades e inviabilizam qualquer projeto de desenvolvimento; para nações insulares, como Tuvalu, a crise climática não é um tópico de discussão, é uma ameaça existencial literal contra sua soberania e cultura.

Não podemos aceitar a falsa dicotomia entre clima e bem-estar. A ciência já demonstrou que são fronts da mesma batalha. Políticas públicas inteligentes integram as duas frentes: a transição energética gera empregos, o reflorestamento protege fontes de água e a justiça climática fortalece as comunidades mais atingidas.

Concluo com uma convicção: não haverá bem-estar duradouro em um Planeta em colapso. A proposta de Gates me soa como tentar curar os sintomas botando em segundo plano o tratamento da doença. O planeta exige soluções integradas e urgentes, baseadas na ciência. Não podemos escolher entre salvar vidas hoje ou salvar o amanhã. São a mesma coisa.

Senadora Eliziane Gama (PSD - MA)
Coordenadora da Frente Parlamentar Mista Ambientalista no Senado Federal



Frente Ambientalista define prioridades para 2025 em primeira reunião presencial do ano

Encontro marca retomada das atividades dos GTs e reforça integração entre Parlamento e sociedade civil

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista realizou, em 18 de março, sua primeira reunião presencial de 2025, reunindo parlamentares, especialistas, assessorias e organizações da sociedade civil para definir as prioridades que orientarão a atuação ao longo do ano. A reunião foi conduzida pelo coordenador da Frente, deputado federal Nílto Tatto (PT-SP), e marcou a retomada das atividades dos 12 Grupos de Trabalho (GTs), consolidando a Frente como espaço central de diálogo e articulação em defesa da pauta socioambiental no Congresso Nacional.

Durante o encontro, foi apresentada a lista de projetos de lei considerados prioritários pelos GTs, contemplando temas como justiça climática, racismo ambiental, Cerrado, transição energética, proteção dos biomas, direitos dos povos e comunidades tradicionais, fauna, oceanos, água, orçamento público, juventudes e educação ambiental. A definição dessas prioridades permitirá uma atuação mais estratégica e integrada ao longo do ano legislativo.

Parlamentares e secretários executivos destacaram que a mobilização das organizações e dos territórios será fundamental para enfrentar retrocessos e garantir avanços concretos. Também foi ressaltada a urgência de fortalecer legislações estruturantes como a Lei do Mar, ampliar mecanismos de participação social, combater o tráfico de animais silvestres e proteger o Cerrado como bioma-chave para a estabilidade climática.

Outro ponto central da reunião foi a necessidade de assegurar recursos, promover a qualificação técnica das assessorias e enfrentar as desigualdades socioambientais a partir de uma perspectiva interseccional, garantindo que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, jovens e mulheres tenham voz na formulação das políticas públicas.

Com o Brasil sediando a COP30 em Belém (PA), os participantes enfatizaram que 2025 será um ano decisivo para reposicionar o país como liderança global em clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a articulação entre Parlamento, sociedade civil e

governos será essencial para fortalecer a pauta ambiental e assegurar que o Brasil apresente respostas ambiciosas e coerentes à crise climática.

A reunião reafirmou o compromisso da Frente Parlamentar Mista Ambientalista em atuar com planejamento, diálogo e incidência política qualificada, consolidando 2025 como um ano de oportunidades e desafios para a agenda socioambiental brasileira.

[Link do Documento](#)



Debate discute adaptação e justiça socioambiental no caminho para a COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com o FBOMS, promoveu na Câmara dos Deputados o seminário "Adaptação e Justiça Socioambiental no Contexto da COP30", reunindo parlamentares, especialistas, organizações da sociedade civil e representantes de povos e comunidades tradicionais.

O debate destacou a necessidade de descentralizar o financiamento climático e fortalecer soluções construídas nos territórios, especialmente por quilombolas, indígenas, agricultores familiares e populações periféricas, que há déca-

das desenvolvem iniciativas eficazes de adaptação sem apoio adequado do Estado.

A secretária nacional de Mudanças Climáticas e diretora-executiva da COP30, Ana Toni, afirmou que "a adaptação climática não é mais uma escolha, mas uma necessidade". Marina Marçal, da Waverley Street Foundation, reforçou o déficit global de financiamento para adaptação e os impactos desproporcionais sobre populações negras e vulneráveis nas cidades brasileiras.

O seminário também apresentou experiências exitosas, como o trabalho do Fundo Casa Socioambiental, referência no apoio a iniciativas comunitárias baseadas em autonomia, conhecimento local e resultados concretos.

O coordenador da Frente, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), defendeu ampliar o espaço da sociedade civil na formulação das políticas climáticas e afirmou que a justiça socioambiental deve estar no centro da resposta brasileira à crise climática.

Acordo de Escazú em debate na Frente Parlamentar Ambientalista



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com o FBOMS e o Movimento Escazú Brasil, promoveu em 20 de março um debate sobre o Acordo de Escazú, tratado que fortalece o acesso à informação, a participação pública e a proteção de defensores ambientais na América Latina e no Caribe.

O encontro reuniu parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir o status de implementação e os desafios para a ratificação do acordo pelo Congresso Na-

cional ainda pendente, apesar da assinatura brasileira.

Com a proximidade da COP30 em Belém, o debate ressaltou a urgência da ratificação como compromisso com a justiça ambiental e os direitos humanos, ampliando transparência nas decisões e segurança para quem defende o meio ambiente.

Parlamentares alertaram que, em muitos territórios, defender a natureza significa arriscar a própria vida. O coordenador do FBOMS, Rubens Born, lembrou que o Brasil segue entre os países com mais assassinatos de defensores ambientais:

O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), reforçou a urgência da aprovação:

"Não podemos seguir como um dos países mais perigosos para quem defende a vida. O Acordo de Escazú precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional."

Oficina destaca importância do Código Florestal para a agenda climática brasileira



O Observatório do Código Florestal (OCF) e a Frente Parlamentar Mista Ambientalista promoveram, em 27 de março, a oficina "Termômetro do Código Florestal", reunindo assessores parlamentares e especialistas para discutir o papel da legislação na mitigação e adaptação climática.

Participaram Marcelo Elvira (OCF), Thiago Belote (MMA), Jarlene Gomes (IPAM) e o deputado Nilto Tatto (PT-SP). O encontro apresentou a evolução da legislação de proteção da vegetação nativa e destacou o Código Florestal de 2012 como marco central para todos os biomas.

Foram discutidas conexões com políticas como o Planaveg, a EPAMB, o PPCDAm e o PPCerrado, reforçando que preservar vegetação nativa é essencial para reduzir emissões e fortalecer o papel do Brasil na COP30.

Entre os desafios estão a cooperação federativa, a qualidade do CAR e ameaças legislativas. Especialistas apontaram, porém, oportunidades como segurança jurídica, acesso a crédito, incentivos econômicos e múltiplos benefícios ambientais.

Plano propõe ações urgentes contra a contaminação por mercúrio na Amazônia

Com apoio da Frente Ambientalista e da Frente dos Povos Indígenas, a WWF-Brasil lançou, em 1º de abril, o Plano de Mitigação dos Impactos do Mercúrio na Amazônia, reunindo propostas de cientistas, lideranças tradicionais e pesquisadores.

O documento aborda desde áreas contaminadas pelo garimpo ilegal até os riscos do consumo urbano de peixes e alimentos. Entre as medidas propostas estão monitoramento da água e da saúde, tratamento, proteção de nascentes, fiscalização e aprovação de projetos como o PL 1011/2023, que cria a Política Nacional de Prevenção à Exposição ao Mercúrio.

A analista Ariene Cerqueira alertou para a gravidade:

"Mesmo que as emissões cessassem hoje, os impactos permaneceriam por muitos anos."

O coordenador da Frente, Nilto Tatto, destacou que o plano pode ajudar a superar resistências no Congresso e impulsionar medidas mais rigorosas. Parlamentares reforçaram a necessidade de avançar na regulação do mercúrio e no enfrentamento dos setores que ainda dificultam o controle da contaminação.

[Link do Documento](#)



Debate destaca papel estratégico do Pantanal na agenda climática da COP30

Especialistas alertam que a degradação das áreas úmidas compromete metas globais



A Frente Parlamentar Ambientalista promoveu, em 10 de abril, debate sobre o Pantanal e a necessidade de incluir o bioma e outras áreas úmidas entre as prioridades da COP30. Especialistas ressaltaram que esses ecossistemas, embora representem apenas 6% da superfície terrestre, armazenam tanto carbono quanto todas as florestas tropicais juntas.

Luciana Leite (Fundação para a Justiça Ambiental) alertou que a degradação das áreas úmidas ameaça metas globais de clima e biodiversidade. Nauê Azevedo (SOS Pantanal) defendeu a aprovação do PL 2334/2024, a Lei do Pantanal, e denunciou pressões como hidrovias e possível retomada do garimpo.

A ativista Alice Pataxó reforçou que a demarcação de territórios indígenas é essencial para a preservação ambiental:

"Não existe debate climático sem ouvir as populações indígenas. Nós somos a resposta."

Debate discute Tratado Global contra a Poluição Plástica



A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (CRE), com a participação da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e da Coalizão Vida Sem Plástico, realizou uma audiência pública para debater o Tratado Global de Combate à Poluição por Plásticos, atualmente em negociação na Organização das Nações Unidas (ONU).

O debate reforçou a necessidade de um acordo internacional juridicamente vinculante,

com metas claras para reduzir e eliminar plásticos nocivos, além de garantir o protagonismo dos catadores na gestão de resíduos.

Representantes do governo, sociedade civil, academia e setor produtivo discutiram desafios e o posicionamento brasileiro. A embaixadora Maria Angélica Ikeda (Itamaraty) destacou que o tratado deve refletir os pilares ambiental, social e econômico do desenvolvimento sustentável.

Severino Lima Júnior, da Aliança Internacional de Catadores, defendeu a centralidade dos recicladores nas políticas públicas, enquanto Lara Iwanicki, da Oceana Brasil, lembrou que o Brasil é o 8º maior poluidor plástico do mundo e defendeu metas de eliminação de produtos problemáticos.

A comunidade científica também contribuiu: o pesquisador Ítalo Braga de Castro (Unifesp) alertou para os impactos dos micropolásticos na saúde humana e nos ecossistemas aquáticos.

Audiência pública debate qualidade da água na Mata Atlântica

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados promoveu, na terça-feira (15), audiência pública para apresentar e discutir os dados do *Relatório 2024 sobre a Qualidade da Água nas Bacias Hidrográficas da Mata Atlântica*.

O debate foi solicitado pelo coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), reforçando a atenção do Parlamento ao tema.

O evento contou ainda com a presença de Malu Ribeiro, diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, e Gustavo Veronesi, coordenador da pauta da água na instituição.

O levantamento revela um cenário que inspira atenção: ao longo de 2024 foram realizadas **1.160 análises** em **145 pontos de monitoramen-**



to, distribuídos por **112 rios e corpos d'água**, em **67 municípios de 14 estados**, com o apoio de **111 grupos voluntários** do programa *Observando os Rios*. Mais de **75%** desses pontos receberam classificação **regular**, indicando presença de poluição e necessidade de tratamento antes do consumo.

Os dados detalham que:

- **7,6%** dos pontos apresentaram **boa qualidade**;
- **13,8%** foram considerados **ruins**;
- **3,4%, péssimos**;
- **e nenhum** alcançou a categoria **ótima**.

Mesmo com desafios persistentes, o relatório destaca que 83,8% dos pontos analisados ainda têm condições para usos múltiplos da água como abastecimento, agricultura, indústria e lazer, mostrando que a recuperação é possível quando há investimento contínuo em saneamento, proteção de mananciais e revitalização de rios.

O estudo chama atenção para a predominância da qualidade regular, que exige maior esforço do poder público, especialmente diante da emergência climática. Como reforça o relatório, poluir um rio é muito mais rápido do que recuperá-lo.

Em uma perspectiva mais ampla, o documento lembra que o acesso à água de qualidade é um direito humano essencial, mas ainda distante da realidade de milhões de brasileiras e brasileiros: cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso à água potável, e menos da metade da população conta com saneamento básico adequado. O Brasil segue com desafios para cumprir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 e da universalização do saneamento prevista no Marco Legal.

GT de Empresas da Frente Ambientalista apresenta agenda estratégica no Congresso



O Grupo de Trabalho de Empresas da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenado pelo deputado Amom Mandel (Cidadania-AM), realizou seu primeiro encontro no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, durante o tradicional café da tarde da Frente Ambientalista, no dia 6 de maio. A reunião marcou o início dos trabalhos do GT e a entrega do Manifesto por um Pacto Verde Empresarial, que propõe uma agenda de convergência entre Parlamento, setor produtivo e sociedade civil.

O documento parte do diagnóstico de que o país vive um momento decisivo, com crise climática, perda de biodiversidade, aumento de resíduos, estresse hídrico e urgência da transição energética, desafios que exigem respostas integradas, amparadas por ciência, inovação e políticas públicas eficazes.

Para o coordenador Amom Mandel, o setor produtivo já reconhece que sustentabilidade e competitividade caminham juntas.

"As empresas já se moveram. Falta o poder público reagir à altura. Não há mais tempo para

negacionismo disfarçado de prudência."

O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), destacou que o GT aproxima a agenda legislativa das empresas comprometidas com um modelo econômico de futuro. O deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) lembrou a realidade de cidades amazônicas, como Manaus, que preservam a floresta mas enfrentam desigualdades socioeconômicas.

O secretário-executivo do GT, Victor Bicca, reforçou a importância da articulação entre Parlamento e setor produtivo:

"Nosso papel é construir diálogo e qualificar projetos de lei que tramitam nesta Casa."

O Manifesto entregue ao colegiado estabelece os eixos prioritários que orientarão os trabalhos ao longo do ano:

- gestão e valorização de resíduos sólidos;
- recuperação de áreas degradadas;
- conservação de ecossistemas;
- governança e uso racional da água;
- promoção de energias renováveis e combustíveis sustentáveis.

Além dos desafios, o documento aponta oportunidades como inovação, economia de baixo carbono, empregos verdes e fortalecimento das cadeias produtivas da economia circular.

O encontro reuniu lideranças empresariais, representantes do agronegócio, da indústria tecnológica e organizações da sociedade civil, consolidando o GT como um dos espaços mais estratégicos da Frente para o diálogo qualificado com o setor privado.

[Link do Manifesto](#)

Sociedade civil cobra e governo assume compromisso de ampliar participação na COP30



Entidades da sociedade civil defenderam maior participação nos debates da COP30 durante seminário na Câmara dos Deputados, demanda também presente na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. A atividade, proposta pelo GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e organizada pelas Comissões de Legislação Participativa (CLP) e de Meio Ambiente (CMADS), reforçou a necessidade de ampliar espaços de diálogo rumo à conferência de Belém (PA).

O diplomata Pedro do Nascimento Filho (Itamaraty) reiterou que o Brasil garantirá uma "COP

inclusiva", com ampliação do credenciamento de organizações observadoras. Monique Ferreira, da presidência da COP30, apresentou ações já em curso como círculos de diálogo e mutirões territoriais destacando que "a COP é um processo coletivo, não apenas um evento".

Representantes da juventude e da infância defendem participação efetiva. Thalia Silva (Conjuclima) lembrou que jovens "exigem integrar as decisões", enquanto Carolina de Brito (Instituto Alana) alertou para a crescente vulnerabilidade de crianças diante dos desastres climáticos.

Organizações como Plataforma Cipó e Rede Vozes Negras pelo Clima reforçaram a centralidade da justiça climática. O deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) defendeu que a COP30 seja um momento de avanço legislativo ambiental.

O seminário integrou as ações do GT Clima da Frente Ambientalista na preparação para a COP30.

Ato em Brasília mobiliza sociedade contra o PL do Licenciamento Ambiental

Manifestação denuncia retrocessos e defende manutenção de regras rigorosas de proteção ambiental



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista promoveu, em Brasília, um ato público contra o Projeto de Lei nº 2.159/2021, que altera de forma drástica as regras do licenciamento ambiental no Brasil.

A mobilização, realizada em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e diversas organi-

zações da sociedade civil, reuniu ambientalistas, parlamentares e ativistas em defesa da legislação ambiental.

O protesto teve início com um ato simbólico na Alameda dos Estados, em frente ao Congresso Nacional, onde manifestantes estenderam faixas e bandeiras em defesa do meio ambiente e alertaram para os riscos do projeto.

A proposta já aprovada no Senado e prestes a ser votada na Câmara dos Deputados foi considerada pelos participantes um grave retrocesso socioambiental.

O projeto passou a ser conhecido como "**PL da Devastação**", por abrir brechas perigosas para o avanço do desmatamento, da mineração, de grandes obras e da agropecuária sem o devido controle ambiental.

Dia da Mata Atlântica é celebrado com lançamento da Virada Parlamentar Sustentável 2025

Evento no Salão Nobre da Câmara reforça compromisso do Parlamento com a defesa ambiental e o enfrentamento aos retrocessos legislativos



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) realizaram uma cerimônia no Salão Nobre da Câmara dos Deputados para celebrar o Dia da Mata Atlântica e lançar oficialmente a Virada Parlamentar Sustentável 2025, iniciativa liderada pelo IDS. O evento ocorreu em 27 de maio e reuniu representantes dos Três Poderes, parlamentares ambientalistas, instituições da sociedade civil, movimentos sociais e especialistas, em um chamado coletivo em

defesa da Mata Atlântica e contra os retrocessos legislativos que ameaçam o meio ambiente.

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), abriu o evento com um alerta sobre os riscos do atual cenário legislativo, especialmente diante da tramitação do PL 2159/2021, que flexibiliza o licenciamento ambiental. "A Constituição impõe a todos e especialmente aos representantes públicos a responsabilidade de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações", afirmou o parlamentar.

Marcos Woortmann, diretor-adjunto do IDS, destacou o papel articulador da Virada Parlamentar Sustentável, enfatizando sua capacidade de unir diferentes setores em torno de uma agenda comum.

"O espírito de rede e de mobilização coletiva é o que pode nos fazer avançar diante de tantos desafios ambientais."

A diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, ressaltou a importância simbólica e estratégica do bioma:

"O Brasil é o único país com nome de árvore, mas insiste em desmontar suas próprias conquistas ambientais. A Mata Atlântica precisa ser celebrada e protegida com prioridade."

Durante a solenidade, parlamentares reafirmaram o compromisso com a defesa do bioma e denunciaram propostas que fragilizam a legislação ambiental.

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG) relembrou as tragédias ambientais recentes em Minas Gerais, e a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG) emocionou o público ao relacionar a proteção da floresta à luta de comunidades indígenas e tradicionais, chamando a Frente Ambientalista de "resistência em tempos de trevas".

A cerimônia também foi marcada por homenagens da Fundação SOS Mata Atlântica a parlamentares comprometidos com a pauta ambiental, reconhecendo que proteger a floresta atlântica é uma agenda ambiental, social, econômica e de justiça climática.

Lei do Mar é aprovada na Câmara após 12 anos de mobilização liderada pela Frente Ambientalista



Depois de 12 anos de tramitação, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista e o GT Mar celebram a aprovação da Lei do Mar (PL 6.969/2013) no plenário da Câmara dos Deputados. A proposta cria a Política Nacional para a Gestão Integrada, Conservação e Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho, um marco histórico para a proteção dos oceanos brasileiros.

Relatado pelo deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE), coordenador do GT Mar, o texto estabelece diretrizes para a governança dos mares, integrando atividades como pesca, energia, petróleo, mineração e turismo. Para o parlamentar, a Lei do Mar é fundamental para enfrentar as mudanças climáticas, garantir segurança jurídica e fortalecer o desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras e ribeirinhas.

O projeto original, apresentado em 2013 pelos então deputados Sarney Filho (PV-MA) e Alessandro Molon (PSB-RJ), enfrentou forte resistência de setores econômicos. Ambos foram lembrados durante a votação pelo empenho e pela visão pioneira que permitiram que a proposta sobrevivesse ao longo dos anos.

A articulação e a dedicação do GT Mar da Frente Parlamentar Ambientalista foram cruciais para que o texto não fosse engavetado e avançasse com equilíbrio entre conservação ambiental e atividades econômicas. Em 2021, ao assumir a relatoria, Túlio Gadêlha conduziu um amplo diálogo para construir consensos e garantir segu-

rança jurídica sem comprometer os ecossistemas marinhos.

A proposta aprovada institui o Planejamento Espacial Marinho (PEM), cria diretrizes para o uso sustentável do território costeiro-marinho, incorpora parâmetros para monitoramento ambiental e reforça políticas de prevenção à poluição, incluindo petróleo, metais pesados e efluentes.

No plenário, a líder do Psol, Talíria Petrone (RJ), destacou que "cuidar do mar é cuidar das pessoas", enquanto o coordenador da Frente Ambientalista, Nilto Tatto (PT-SP), ressaltou o papel das populações tradicionais que dependem do oceano e a importância do uso sustentável dos recursos marinhos.

Com a aprovação na Câmara, a Lei do Mar segue agora para o Senado Federal, consolidando um dos maiores avanços legislativos para a governança dos oceanos e para o bioma marinho brasileiro.



Seminário na Câmara debate racismo ambiental e propõe carta de recomendações



A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais realizou, em 28 de maio, o seminário "Racismo Ambiental e Transição Energética Justa", articulado pela Frente Parlamentar Mista Ambientalista, por meio dos GTs de Racismo Ambiental e do Cerrado, e integrado à programação da Virada Parlamentar Sustentável 2025.

Durante o encontro, foi apresentada uma carta de recomendações ao Congresso Nacional, construída por mais de 25 organizações da sociedade civil, com propostas para uma transição energética que respeite direitos, territórios e a diversidade socioambiental do país.

A coordenadora do GT de Racismo Ambiental, deputada Carol Dartora (PT-PR), destacou os impactos silenciosos do racismo ambiental nos territórios urbanos e periféricos, enquanto a secretária-executiva do GT, Maíra Rodrigues, alertou para os riscos de uma transição energética que avance às custas de povos e comunidades tradicionais.

Os deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Dandara Tonantzin (PT-MG) manifestaram solidariedade à ministra Marina Silva diante de ataques sofridos no Senado e reforçaram a importância de enfrentar a violência política de gênero e raça.

Lideranças como João Joventino (Quilombo Cumbe/CE), Joyce Pereira (MAB/MG), Eunice Conceição (MIQCB) e Cristine Ribeiro (Inesc) relataram como projetos de energia e mineração, sem consulta prévia, têm gerado impactos sociais, econômicos e ambientais graves em comunidades tradicionais.

O seminário reforçou a urgência de políticas públicas que promovam justiça climática com equidade racial e territorial, reconhecendo o protagonismo de povos tradicionais e populações periféricas na defesa do meio ambiente e na construção de uma transição energética verdadeiramente justa e inclusiva.

[Link do Documento](#)

Sessão Solene pelo Dia Mundial do Meio Ambiente é marcada por protestos contra o PL da Devastação



A sessão solene em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada na Câmara dos Deputados e integrada à programação da Virada Parlamentar Sustentável, contou com forte mobilização da sociedade civil e de parlamentares. A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, uma das principais articuladoras da iniciativa reforçou, ao longo da solenidade, sua posição contrária ao PL 2.159/2021, conhecido como "PL da Devastação", que enfraquece o licenciamento ambiental no Brasil.

O ato reuniu representantes do Legislativo, do Executivo, especialistas e organizações socio-

ambientais, que protestaram contra o avanço do projeto e defenderam instrumentos de proteção ambiental robustos, aliado à participação popular nas decisões públicas.

O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), alertou que o PL ignora consensos democráticos e compromete o protagonismo do Brasil às vésperas da COP30, justamente quando o país busca fortalecer sua liderança climática no cenário internacional.

Também participaram da sessão a deputada Socorro Neri (PP-AC), coautora do requerimento; o ministro do Meio Ambiente em exercício, João Paulo Capobianco; além de representantes da Fundação SOS Mata Atlântica, do Instituto Socioambiental (ISA) e do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e de outras organizações que reforçaram o chamado pelo arquivamento do projeto e pela manutenção de uma legislação ambiental sólida e democrática.

Curso de Legislação Ambiental fortalece diálogo entre Parlamento e sociedade durante a Semana do Meio Ambiente



Atividade promovida pela Comissão de Meio Ambiente, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, integrou a programação da Virada Parlamentar Sustentável

A iniciativa, proposta pelo deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente, contou com o apoio da Frente Parlamentar da Tran-

sição Climática Justa e da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

O curso é uma ação tradicional da Frente Ambientalista, voltada à formação e atualização sobre o arcabouço legal ambiental brasileiro e à aproximação entre Parlamento e sociedade. Entre seus principais objetivos, está capacitar assessorias parlamentares para uma atuação mais qualificada nas pautas ambientais, além de atender estudantes, jornalistas e demais interessados em compreender o funcionamento da legislação e das políticas públicas ambientais.

O evento reuniu parlamentares, técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil comprometidos com o aprimoramento da legislação e a governança socioambiental democrática, reforçando o papel do Congresso na promoção de políticas públicas ambientais integradas e baseadas em conhecimento técnico.

Frente Ambientalista recebe congressistas da Colômbia para diálogo sobre a Amazônia e a COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista recebeu uma delegação de congressistas da Colômbia para dialogar sobre a proteção da Amazônia e os preparativos para a COP30, que acontecerá em Belém (PA). Conduzido pelo deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), o encontro contou com a presença de parlamentares colombianos e representantes da Embaixada da Colômbia no Brasil.

A reunião tratou de desafios ambientais comuns aos dois países, incluindo os impactos dos combustíveis fósseis, a urgência de uma transição energética justa e os entraves enfrentados no Congresso brasileiro para o avanço da pauta ambiental.

Tatto destacou a importância do diálogo internacional e intersetorial para construir consensos e fortalecer a agenda socioambiental. Também foi debatida a demarcação dos territórios indígenas, apontada como condição essencial para preservar a Amazônia e garantir os direitos dos povos originários.

O encontro representou um passo importante para ampliar a cooperação latino-americana em defesa da floresta e fortalecer a atuação parlamentar rumo à COP30.

Seminário debate a centralidade do orçamento nas políticas socioambientais e climáticas

Articulação do GT Orçamento da Frente Ambientalista reforça importância do financiamento público na agenda ambiental e de clima



A Câmara dos Deputados realizou o seminário "Centralidade do Orçamento na Construção das Políticas Socioambientais e Climáticas", em debate articulado pelo GT Orçamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e promovido pela Comissão de Legislação Participativa (CLP),

com apoio do Inesc e do IDS.

O encontro reuniu parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para discutir como o orçamento público é determinante para viabilizar políticas ambientais, enfrentar a crise climática e garantir justiça socioambiental.

Os participantes defenderam um orçamento robusto, transparente e participativo, condição essencial para proteger biomas, ampliar ações de adaptação e mitigação e impulsionar uma transição energética justa.

Integrando a programação da Virada Parlamentar Sustentável, o seminário reforçou o papel estratégico do Congresso na definição das prioridades e na fiscalização dos recursos destinados à agenda ambiental e climática.

[Conheça a página do GT](#)

Frente Ambientalista e sociedade civil unidas contra o PL da Devastação



Em reunião na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, articulou estratégias com organizações da sociedade civil para barrar o PL 2.159/2021, que enfraquece o licenciamento ambiental e ameaça décadas de conquistas socioambientais.

Durante o encontro, foi entregue o manifesto assinado por mais de 350 entidades, coordenado pelo Observatório do Clima, pedindo o arquivamento do projeto e a defesa do meio ambiente e da segurança das comunidades. O documento alerta que a proposta ameaça mais de 40 anos de avanços da legislação ambiental brasileira.

[Link do Documento](#)

GT Animal da Frente Ambientalista ganha nova coordenação e formato de atuação

Grupo renova articulação entre sociedade civil e Parlamento para avançar na proteção e bem-estar animal



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso Nacional apresentou, em 14 de junho, a nova formatação e coordenação do Grupo de Trabalho (GT) Animal, espaço estratégico de diálogo entre o Parlamento brasileiro e organizações da sociedade civil voltado à defesa dos direitos, da proteção e do bem-estar dos animais.

O grupo, que já vinha atuando nos últimos anos, inicia uma nova fase sob a coordenação do deputado federal Delegado Matheus Laiola (União-PR) e secretaria executiva de Antoniana Ottoni, com o objetivo de fortalecer a articulação técnica e política em torno da pauta animal no Legislativo.

O GT Animal atuará como espaço permanente de debate e formulação de políticas públicas, com foco no acompanhamento de propostas legislativas, no enfrentamento a retrocessos e na construção de soluções baseadas em evidências científicas.

Entre os temas prioritários estão o combate ao tráfico de animais silvestres, o fim dos maus-tratos, a regulação de experimentos científicos e a proteção dos animais de produção, companhia e fauna silvestre.

"Nosso objetivo é construir soluções conjuntas, eficazes e comprometidas com a vida", afirmou o coordenador Matheus Laiola.

A secretaria executiva Antoniana Ottoni reforçou o compromisso com uma atuação técnica, sensível e embasada no diálogo com os diversos setores envolvidos na agenda.

O grupo já iniciou seus trabalhos com uma lista de proposições prioritárias, entre elas o PL 347/2003 e seus apensados, que visam aprimorar o combate ao tráfico de animais silvestres, uma das principais ameaças à biodiversidade brasileira.

Ao todo, 14 organizações da sociedade civil integram o GT Animal, entre elas a Proteção Animal Mundial, o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, a Sea Shepherd Brasil, a Alianima, a Mercy For Animals, a Animal Equality Brasil, a Sociedade Vegetariana Brasileira e a The Donkey Sanctuary.

GT Juventudes promove oficina sobre processo legislativo e incidência política

Atividade fortalece a participação das juventudes nas decisões do Congresso Nacional



O Grupo de Trabalho (GT) Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista coordenado pela deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) e com coordenação executiva de Gabriel Adami realizou,

em 14 de julho, sua primeira oficina de formação sobre processo legislativo e incidência política.

Com mais de 150 jovens inscritos, a atividade inaugurou uma série de encontros destinados a fortalecer organizações que atuam com juventudes, oferecendo ferramentas práticas para transformar suas pautas em ação direta no Parlamento. Especialistas do Congresso, como Andresa Porto (Gabinete Compartilhado) e Ivens Drummond (IDS), explicaram como navegar no processo legislativo, identificar momentos estratégicos de influência e acompanhar projetos de lei nas comissões e no plenário.

"Queremos uma juventude que participe, proponha e transforme as políticas ambientais do país", destacou Gabriel Adami.

A oficina integra as ações da Frente Ambientalista rumo à COP30, ampliando o protagonismo das juventudes na construção de um Congresso mais verde, justo e participativo.

[Conheça a página do GT](#)

Exposição "Cinzas da Floresta" mobiliza Parlamento pela proteção do Pantanal



O Salão Nobre da Câmara dos Deputados recebeu, no tradicional café da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, o lançamento da exposição "Cinzas da Floresta – Bioma Pantanal: um chamado para a conservação das áreas úmidas à luz da COP30", realizado em 15 de julho. A atividade colocou o Pantanal no centro da agenda socioambiental, em um momento em que o bioma vive sua maior crise hídrica e de incêndios das últimas décadas.

A mostra reúne mais de 30 obras de artistas de rua de diversas regiões do país, produzidas

com tintas feitas a partir das cinzas dos incêndios que devastaram o Pantanal entre 2020 e 2024. As obras integram o projeto idealizado pelo artivista Mundano, que desde 2021 transforma a destruição causada pelo fogo em denúncia, memória e mobilização pública.

Ao apoiar o lançamento, a Frente Parlamentar Ambientalista reforça a urgência de políticas públicas robustas para prevenir queimadas, recuperar áreas degradadas e proteger as populações que vivem no bioma. O Pantanal, um dos ecossistemas mais importantes do planeta, exige ação contínua e compromisso institucional para enfrentar a crise climática e seus impactos cada vez mais severos.

A exposição reafirma o papel da arte como instrumento de sensibilização e resistência e a Frente Ambientalista soma-se a esse chamado, fortalecendo o debate político e legislativo necessário para garantir a proteção e o futuro do Pantanal.

Coletiva de imprensa reforça apelo pelo adiamento da votação e pela defesa do licenciamento ambiental



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenada pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP), reuniu parlamentares e representantes da sociedade civil em coletiva de imprensa para reforçar o alerta sobre os riscos do chamado PL da Devastação, que propõe mudanças drásticas nas regras de licenciamento ambiental no país.

Durante o encontro, foi apresentado o Manifesto das Frentes Parlamentares pelo Adiamento da Votação, documento assinado por coordenadores de 27 Frentes Parlamentares comprometidas com a preservação ambiental, a justiça social e a defesa dos direitos socioambientais.

Também participaram coordenadores dos Grupos de Trabalho (GTs) da Frente Ambientalista e representantes de Frentes temáticas, que de-

fenderam o adiamento da votação e a reabertura do debate com a sociedade civil, alertando para a gravidade dos impactos que o projeto pode gerar sobre biomas, territórios tradicionais e atividades produtivas sustentáveis.

O manifesto destaca que a aprovação do PL representaria um grave retrocesso ambiental e democrático, ao flexibilizar normas essenciais para a segurança dos ecossistemas e das populações mais vulneráveis. O texto conclui com um apelo para que o Parlamento construa uma legislação moderna, equilibrada e transparente, capaz de conciliar desenvolvimento econômico, proteção ambiental e participação social.

[Link do Manifesto](#)

Frente Ambientalista entrega ao presidente Lula documento com pedidos de veto ao PL da Devastação



Após a aprovação do chamado PL da Devastação, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista enviou, em 25 de julho, um ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitando vetos aos trechos mais críticos do projeto, que fragilizam o licenciamento ambiental e ameaçam conquistas históricas da política socioambiental brasileira.

O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), alertou que a sanção integral da proposta representaria graves retrocessos ambientais e jurídicos, violando princípios constitucionais e compromissos internacionais do Brasil.

A Frente destacou que os vetos são essenciais para que o país mantenha coerência e liderança na agenda climática rumo à COP30, reafirmando seu compromisso com a proteção dos biomas e o desenvolvimento sustentável.

[Link do Documento](#)

Lançamento da Agenda Legislativa do Observatório do Clima

Documento aponta ameaças à política ambiental e reforça mobilização pela justiça climática



Articulado pelo Observatório do Clima, com apoio da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, o OC lançou a Agenda Legislativa 2025, publicação que apresenta uma análise detalhada das principais ameaças à política ambiental em tramitação no Congresso Nacional.

O documento identifica 100 proposições distribuídas em nove eixos temáticos, como licenciamento ambiental, regularização fundiária, Código Florestal, energia e direitos dos povos e

comunidades tradicionais e alerta para 46 retrocessos prioritários, entre eles o marco temporal, a privatização das praias e o afrouxamento da regularização fundiária.

"A agenda ambiental vem sofrendo ataques sucessivos no Congresso. É urgente ampliar a mobilização social e política em defesa da justiça climática", destacou Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do OC.

Além de mapear retrocessos, a publicação apresenta estratégias de enfrentamento, articulação e monitoramento legislativo, reforçando a importância da cooperação entre Parlamento, sociedade civil e comunidade científica para proteger a legislação ambiental e avançar na transição ecológica do país.

[Link do Documento](#)

1º Encontro das Juventudes do Cerrado promove diálogo entre jovens e parlamentares na Câmara dos Deputados

Evento reforçou o protagonismo das juventudes na defesa do Cerrado



A Rede Cerrado, em parceria com o GT Cerrado e o GT Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, realizou o 1º Encontro das Juventudes do Cerrado, reunindo jovens de diversas regiões do bioma, comunidades tradicionais e organizações comprometidas com justiça climática, direitos territoriais e enfrentamento ao racismo ambiental.

Realizado em 12 de agosto, na Câmara dos Deputados, o evento aproximou parlamentares e jovens em um diálogo sobre os desafios do Cerrado, a conjuntura climática global e o papel do Congresso Nacional na proteção do bioma.

Participaram o deputado Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente; a deputada Dandara (PT-MG), coordenadora do GT Cerrado; a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), coordenadora do GT Juventudes; e o deputado Bohn Gass (PT-RS), da Frente das Bacias Hidrográficas.

Os jovens dialogaram diretamente com os parlamentares, apresentando propostas e experiências de seus territórios, fortalecendo a articulação política em defesa do Cerrado.

Como destacou a deputada Célia Xakriabá: "O Cerrado é o coração do Brasil, e a juventude cerratense é a voz que pulsa por justiça ambiental e por futuro."

Audiência Pública debate racismo ambiental e justiça climática na Câmara dos Deputados



Com a COP30 se aproximando, a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública das Comissões de Meio Ambiente e da Amazônia e Povos Originários e Tradicionais, articulada com o GT de Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, para discutir racismo ambiental e justiça climática.

Durante o debate, Augusto Araújo Santos (Ministério da Igualdade Racial) explicou que o racismo ambiental atinge de forma desproporcional comunidades vulneráveis, afetadas pela falta de

saneamento, poluição e degradação ambiental.

"Falamos de saúde pública, segurança alimentar, direito à água e ao ar limpo, falamos de vida e dignidade", afirmou.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente e autor do requerimento, destacou que populações pobres são duplamente penalizadas pelos impactos ambientais, vivendo em áreas de risco e com pouca oferta de serviços públicos.

Representantes do governo reforçaram que a COP30, em Belém (PA), é a oportunidade para dar visibilidade internacional ao tema. Marco Túlio Cabral (Itamaraty) afirmou que o Brasil deve conduzir as negociações climáticas com equilíbrio e atenção às injustiças socioambientais.

O debate reforçou que enfrentar a crise climática exige integrar justiça climática e combate ao racismo estrutural nas políticas públicas brasileiras.

Debate no Congresso reforça urgência de orçamento robusto para enfrentar a crise climática



A Comissão Mista de Orçamento realizou audiência pública para discutir a política climática no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, em ação articulada pelo Observatório do Clima e pelo GT de Orçamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e proposta pelo deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE), que presidiu a sessão.

O debate reuniu representantes da ANA, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Defesa Civil, do Observatório do Clima e das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado, além de parlamentares comprometidos com a pauta ambiental.

Os expositores foram unâimes ao defender que o enfrentamento da crise climática depende de recursos estáveis, transparentes e suficientes. A ANA alertou que a falta de financiamento pode

levar ao desligamento de cerca de 40 estações de monitoramento, comprometendo alertas de secas e enchentes. O Ministério do Meio Ambiente reforçou a necessidade de linhas orçamentárias específicas para mitigação e adaptação, lembrando que "o custo de não agir é muito maior".

A Defesa Civil destacou que o orçamento ainda privilegia respostas a desastres, e não a prevenção. Já o Observatório do Clima chamou atenção para a baixa rastreabilidade dos gastos ambientais. Consultores do Legislativo defenderam a atualização do Plano Nacional de Adaptação e a separação clara entre ações de mitigação e adaptação.

Representantes do Inesc e do IDS reforçaram que o orçamento expõe desigualdades estruturais, inclusive expressões de racismo ambiental e defenderam ampliar a participação social no processo orçamentário.

O debate concluiu pela necessidade de um orçamento climático estruturante, focado em prevenção, transparência e fortalecimento das políticas socioambientais. O GT Orçamento da Frente Ambientalista seguirá acompanhando o tema e articulando melhorias no PLDO e no PPA.

Café da Manhã debate soluções para a poluição plástica

Evento integrou a Virada Parlamentar Sustentável e discutiu os próximos passos após impasse nas negociações da ONU

Evento integrou a Virada Parlamentar Sustentável e discutiu os próximos passos após impasse nas negociações da ONU

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista realizou um café da manhã no auditório Freitas Nobre, durante a Virada Parlamentar Sustentável, reunindo parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para debater o tema "Como acabar com a poluição plástica: os próximos passos após o impasse nas negociações da ONU em Genebra."

O debate também abordou o papel do Brasil nas negociações internacionais e na formulação de políticas públicas que incentivem a economia

circular, a responsabilidade empresarial e a reciclagem inclusiva.

Os participantes alertaram que cada dia sem regulamentação global amplia o espaço para práticas poluidoras, agravando a crise ambiental e os riscos à saúde das populações.



GT Empresas realiza seminário sobre economia circular do plástico



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista realizou, na Câmara dos Deputados, o Seminário sobre Economia Circular do Plástico, promovido pelo GT Empresas, coordenado pelo deputado federal Amom Mandel (Cidadania-AM). A atividade, conduzida pelo coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), reuniu parlamentares, representantes do governo federal, especialistas, sociedade civil e lideranças empresariais, integrando a programação da Virada Parlamentar Sustentável.

O encontro discutiu soluções para reduzir a poluição plástica, incentivar a economia circu-

lar e aprimorar políticas públicas relacionadas à gestão do plástico. O secretário-executivo do GT Empresas, Victor Bicca, explicou que a proposta do seminário é aproximar o setor produtivo do debate legislativo:

"Só na Câmara tramitam quase 500 projetos relacionados ao plástico. Nossa intenção é oferecer subsídios para aprimorar essas propostas, considerando experiências nacionais e internacionais. Além disso, o governo deve publicar, nas próximas semanas, um decreto sobre logística reversa de embalagens plásticas, o que torna a discussão ainda mais urgente."

As mesas contaram com a participação de representantes da Oceana, WWF-Brasil, ANCAT, IDS e de entidades do setor produtivo, como Abipet, Abiquim e Abiplast, que apresentaram dados sobre reciclagem, logística reversa e geração de empregos na cadeia do plástico. Os participantes defenderam o avanço de uma legislação robusta e alinhada às negociações do Tratado Global de Plásticos, reforçando o papel do Parlamento na construção de uma economia circular justa e inclusiva no Brasil.

GT Água participa do Encontro Nacional de Comitês de Bacias



O GT Água, Mudança Climática e Gênero da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenado pela deputada Duda Salabert (PDT-MG), realizou uma reunião estratégica durante o 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em 11 de setembro, em Vitória (ES). A atividade reuniu parlamentares, especialistas, gestores e representantes da sociedade civil para aproximar o Legislativo das principais demandas da gestão hídrica no país.

O encontro teve como objetivo identificar prioridades e ampliar a articulação entre o GT Água, a Frente Ambientalista e os comitês de bacia, abordando temas como governança da água, impactos das mudanças climáticas, justiça socioambiental e integração das agendas de gênero.

Seminário preparatório debate desafios e oportunidades da COP30

Evento do GT Clima reforçou a importância de uma agenda integrada entre governo, parlamento e sociedade civil



O debate sobre a COP30 ganhou destaque na Câmara em seminário realizado pelas Comissões de Legislação Participativa (CLP) e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), com o apoio do GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista. A atividade foi proposta pela Subcomissão Especial da COP30, pelas deputadas Talíria Petrone (PSOL-RJ), coordenadora do GT, deputada Duda Salabert (PDT-MG) e pelo deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE).

A coordenadora-geral da Agenda de Ação da

COP30, Bruna Cerqueira, afirmou que a conferência deve apresentar um "celeiro de soluções" para o enfrentamento das mudanças climáticas, com mais de 300 iniciativas mapeadas em todo o mundo.

O diretor-executivo do IPAM, André Guimarães, reforçou a centralidade da Amazônia, destacando que a preservação da floresta é estratégica para o clima, a produção de alimentos e a segurança econômica do país.

Para a deputada Talíria Petrone, a COP30 é também uma oportunidade para fortalecer a atuação parlamentar:

O debate reuniu parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil comprometidos com a construção de uma COP mais inclusiva, estratégica e orientada a soluções reais.

[Link do Documento](#)

Frente Ambientalista promove reunião técnica sobre os riscos do PL do Licenciamento

Encontro discutiu estratégias de mobilização e destacou a importância do licenciamento como instrumento de proteção à vida e aos biomas



Em 17 de setembro, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com o Observatório do Clima, promoveu uma reunião técnica presencial com assessorias parlamentares e organizações da sociedade civil para debater os desafios e riscos do licenciamento ambiental no Brasil.

O encontro teve como objetivo fortalecer o diálogo entre o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada, ressaltando a necessidade de

união de esforços para impedir retrocessos socioambientais e garantir que o licenciamento continue sendo um instrumento essencial de proteção à vida, aos biomas e às comunidades tradicionais.

Durante a reunião, foram apresentadas análises técnicas e jurídicas sobre os impactos do Projeto de Lei nº 2.159/2021, além de estratégias de sensibilização parlamentar e mobilização pública para ampliar a conscientização sobre as consequências de propostas que enfraquecem o controle ambiental.

A atividade reforçou o papel da Frente Ambientalista como espaço de articulação e resistência, promovendo o debate qualificado e a ação coletiva em defesa da legislação ambiental brasileira e do direito constitucional ao meio ambiente equilibrado.

A Frente Ambientalista avança na construção de seu Documento de Posição para a COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista realizou, no dia 23 de setembro, com apoio do Clima de Política, organização que atualmente integra a secretaria executiva do GT Clima a **Oficina de Posicionamento Rumo à COP30**, um encontro estratégico para consolidar contribuições de parlamentares, assessorias técnicas e organizações

da sociedade civil na construção do Documento de Posição Oficial (DPO) da Frente.

A atividade reuniu integrantes de diversos Grupos de Trabalho, incluindo Clima, Cerrado, Juventudes, Oceanos, Racismo Ambiental, Água e Empresas, consolidando uma atuação conjunta e articulada da Frente na preparação para a conferência em Belém (PA). O objetivo central foi alinhar propostas legislativas, prioridades políticas e mensagens-chave que orientarão a atuação da Frente durante a COP30 e no período pós-conferência.

A oficina reforçou a importância de o Parlamento brasileiro apresentar uma posição unificada e consistente diante dos desafios climáticos globais, destacando que o DPO será um instrumento essencial para fortalecer a incidência da Frente nas negociações e ampliar o diálogo entre sociedade civil, movimentos sociais e o Congresso Nacional.

Café da Manhã em Comemoração ao Dia Internacional dos Animais



O Grupo de Trabalho (GT) Animal da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com a Proteção Animal Mundial e a Rede de Advocacy Colaborativo, realizou em Brasília, em 1º de outubro, um café da manhã especial em celebração ao Dia Mundial dos Animais. O encontro reuniu cerca de 60 participantes, entre parlamentares, representantes de organizações da sociedade civil e apoiadores da pauta animal.

A atividade teve como objetivo marcar a data e fortalecer a articulação entre o Parlamento e a sociedade civil, reforçando a urgência da aprova-

ção do Projeto de Lei 466/2015, que obriga a instalação de passagens de fauna em rodovias medida essencial para reduzir o atropelamento de animais silvestres e garantir conectividade entre ecossistemas.

Durante o evento, foi entregue oficialmente o manifesto "A Fauna Pede Passagem", assinado por mais de 60 organizações, simbolizando uma mobilização coletiva em defesa dos animais que tem ganhado ampla visibilidade nacional, inclusive com destaque na coluna de Lauro Jardim (O Globo).

O diálogo estabelecido abriu novas portas para aproximar sociedade civil e Parlamento, demonstrando que a pauta animal ganha cada vez mais força e espaço na agenda política nacional. O encontro marcou o início de um mês de mobilizações, que seguirá até a votação da proposta no Congresso Nacional e integra as ações da Frente em defesa da biodiversidade e do bem-estar animal.

[**Link do Manifesto**](#)

Impactos socioambientais e climáticos da expansão de data centers e da inteligência artificial



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista realizou, em 2 de outubro, uma audiência pública para discutir os impactos ambientais, sociais e energéticos da expansão de data centers e do avanço da inteligência artificial no Brasil. O debate, organizado em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin), marcou o lançamento do relatório do Idec sobre os efeitos da

infraestrutura digital no país.

Parlamentares, representantes do governo e especialistas reforçaram a necessidade de transparência e regulação do setor, com dados claros sobre consumo de energia, uso de água, critérios de localização e riscos ambientais. Pesquisadores alertaram para a concentração de data centers no litoral por causa dos cabos submarinos e destacaram que a energia nuclear não é alternativa viável para o setor frente à expansão acelerada da IA.

O evento, transmitido online, recebeu elogios pelo alto nível técnico e pela qualidade da articulação institucional, reforçando o papel da Frente Ambientalista como espaço de debate estratégico sobre os novos desafios tecnológicos e climáticos.

Audiência pública reúne jovens de todo o país pela justiça climática



A Câmara dos Deputados sediou, em 7 de outubro, a audiência pública "Juventudes Rumo à COP30", realizada pelas Comissões de Meio Ambiente e de Amazônia e Povos Originários e Tradicionais, com apoio do GT Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista.

O encontro reuniu organizações de juventude de várias regiões do país, que defenderam a maior participação na COP30 e a implementação de medidas permanentes após a conferência, que ocorrerá em Belém (PA).

A justiça climática foi o eixo central do debate. A coordenadora do Instituto Alana, Tayanne Galeno, alertou para os riscos extremos que ameaçam crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. O secretário-executivo do GT Juventudes, Gabriel Adami, reforçou o papel decisivo do Parlamento para cumprir metas climáticas e avançar na agenda da COP30.

A coordenadora do GT Juventudes, deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), destacou o avanço da educação climática no novo Plano Nacional de Educação. O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), e a deputada Dandara Tonantzin (PT-MG) ressaltaram a importância de garantir recursos para ações que cheguem aos territórios.

Ao final, foi entregue a Carta da Juventude Brasileira pela Justiça Climática e Ambiental Rumo à COP30, consolidando propostas e demandas das juventudes. A atividade reafirmou o protagonismo jovem e a atuação da Frente Ambientalista como espaço de diálogo e construção de políticas para o futuro.

[Link do Documento](#)

GT Juventudes inicia novo ciclo sob liderança da deputada Natália Benevides (PT-RN)

A mais jovem deputada federal do PT assume a missão de fortalecer o protagonismo juvenil na agenda socioambiental



O Grupo de Trabalho de Juventudes inicia uma nova fase com a chegada da deputada federal Natália Benevides (PT-RN) à coordenação. Jovem, combativa e profundamente ligada às pautas da educação, dos territórios e das periferias, Natália representa a geração que não pede passagem, ocupa, reivindica e transforma.

Sua liderança reforça a urgência de incluir as juventudes na construção das políticas socioambientais, especialmente em um país onde a crise climática já impacta o cotidiano de milhões de jovens com enchentes, secas, insegurança alimentar e desigualdades que se aprofundam.

Com Natália Benevides, o GT Juventudes se consolida como um espaço de escuta, articulação e incidência política, reunindo movimentos, organizações e jovens ativistas de todo o país. O recado é claro: juventude não é futuro, é presente, potência e prioridade.

A Frente Parlamentar Ambientalista celebra essa nova etapa e reafirma seu compromisso com o protagonismo juvenil na agenda pós-COP30, quando o Brasil será desafiado a transformar compromissos internacionais em políticas públicas reais e efetivas.

Novo GT de Mineração reforça ação da Frente Ambientalista na defesa dos territórios



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista anunciou a criação do Grupo de Trabalho de Mineração durante a audiência "Juventudes Rumo à COP30", na Câmara dos Deputados. O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), destacou a urgência do tema diante dos graves impactos socioambientais causados pela exploração mineral no país.

O novo GT será coordenado pela deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), que ressaltou a necessidade de enfrentar o modelo predatório de mineração e proteger povos indígenas e comunidades tradicionais.

"Queremos garantir o direito à terra, à água e à vida dos povos atingidos", afirmou.

A secretária executiva do Comitê, Raiara Pires, que também atuará como secretária executiva do GT, lembrou os dez anos do crime da Vale em Mariana e reforçou que o grupo trabalhará para evitar novos desastres, fortalecendo a proteção dos territórios e a responsabilização socioambiental. Com sua criação, a Frente Ambientalista amplia sua estrutura para 14 Grupos de Trabalho, fortalecendo o diálogo com a sociedade civil e a construção de políticas para fiscalização, reparação e transição justa no setor mineral.

Audiência debate impactos da exploração de petróleo na Foz do Amazonas



O Grupo de Trabalho (GT) Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista promoveu, em 9 de outubro, uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa para discutir os impactos socioambientais da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. O debate reuniu especialistas, representantes da sociedade civil e comunidades tradicionais, que defenderam um

modelo de desenvolvimento sustentável e livre da dependência dos combustíveis fósseis.

A coordenadora do GT, deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), autora do requerimento, alertou que a presença da indústria petrolífera não garante melhoria da qualidade de vida citando o caso de Macaé (RJ), que mesmo arrecadando bilhões em royalties registra avanço da pobreza.

A pesquisadora Alessandra Cardoso (Inesc) questionou os R\$ 40 bilhões em subsídios públicos destinados ao setor petrolífero e defendeu o redirecionamento desses recursos para políticas sustentáveis. Comunidades tradicionais reforçaram que são as mais impactadas pela atividade e pediram respeito aos seus territórios e modos de vida.

Observatório do Clima realiza seminário no Congresso sobre a preparação do Brasil para a COP30



O Observatório do Clima, com apoio da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, promoveu na Câmara dos Deputados um seminário para discutir os desafios e oportunidades do Brasil rumo à COP30, que será sediada na Amazônia em 2025. O encontro reuniu parlamentares, especialistas e

representantes da sociedade civil para debater temas como transição energética justa, licenciamento ambiental, redução de emissões e o fortalecimento das políticas de clima.

O coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), ressaltou que a COP30 é uma oportunidade histórica para o Brasil reafirmar seu protagonismo internacional. Já Suely Araújo, do Observatório do Clima, destacou o papel central do Congresso na aprovação de legislações climáticas importantes, como o Fundo Clima e o mercado regulado de carbono.

O coordenador de Política Internacional do OC, Cláudio Ângelo, alertou para a urgência de acelerar a atualização das NDCs: apenas 62 dos 197 países já apresentaram suas novas metas. O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) reforçou que o momento exige coerência entre discurso e prática na política energética brasileira.

O seminário integrou a preparação conjunta do Observatório do Clima e da Frente Ambientalista para a COP30, reforçando o papel do Parlamento brasileiro na liderança da agenda climática global.

Frente Ambientalista discute transição energética justa com trabalhadores e trabalhadoras



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista promoveu no Salão Nobre da Câmara um encontro com lideranças sindicais para debater os desafios de uma transição energética justa no Brasil.

O café da tarde marcou a entrega de 20 propostas construídas por cerca de 120 trabalhadores dos setores de metalurgia, óleo e gás e eletricidade, atores centrais para o futuro energético do país. Par-

ticiparam lideranças como Miriam Cabreira (FUP), Fábia Antezana (CNU), Diego Goulart Santos Ribeiro (SMABC) e a deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

As propostas são resultado dos Laboratórios de Futuros, iniciativa da Aurora Lab em parceria com a FUP, FRUNE, CNU, SMABC e Sindipetro-RN, que percorreu o país com a Caravana do Futuro, caminhão 100% elétrico que cruzou o Brasil mobilizando trabalhadores e comunidades para a construção de soluções para a descarbonização.

O encontro reafirmou o compromisso da Frente Ambientalista com uma transição energética que une proteção ambiental, geração de trabalho digno e justiça social, garantindo que os trabalhadores estejam no centro das decisões sobre o futuro do setor.

Comissão da Amazônia debate Política Nacional de Bioeconomia



A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários da Câmara realizou, audiência pública para colher sugestões do governo e de movimentos socioambientais sobre a criação da Política Nacional de Bioeconomia. O debate foi articulado pelo GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, reforçando a importância de um marco legal que reconheça e fortaleça a sociobiodiversidade brasileira.

O tema é uma das prioridades da Frente Ambientalista para votação no Legislativo durante ou logo após a COP30. Atualmente, a proposta (PLP 150/22) tramita na Câmara, sob relatoria da deputada Socorro Neri (PP/AC), enquanto o Senado discute texto similar (PL 1855/22).

Representantes do governo defenderam a integração das duas proposições, destacando que a política poderá beneficiar cerca de 9 milhões de pessoas, especialmente agricultores familiares e comunidades tradicionais. A secretária de Bioeconomia do MMA, Carina Pimenta, ressaltou que a Estratégia Nacional de Bioeconomia, que articula 17 ministérios, servirá de base para o novo marco legal.

Durante o debate, Dionete Figueiredo (Copabase) e Wdileia de Oliveira (Núcleo Pequi) pediram condições justas de comercialização, apoio técnico e igualdade de tratamento em relação ao agronegócio. Já especialistas da UnB, Embrapa e do ISP alertaram para o risco de apropriação do conceito de "bioeconomia" por grandes cadeias e defenderam a consolidação da sociobioeconomia, com protagonismo dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e pequenos produtores.

A audiência foi realizada a partir de requerimento dos deputados Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e Dandara (PT-MG), coordenadora do GT Cerrado da Frente Ambientalista.

Frente Ambientalista apresenta diretrizes estratégicas para a COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista lançou, em 30 de outubro, na Câmara dos Deputados, o seu Documento de Posicionamento para a COP30. Construído de forma colaborativa entre parlamentares, especialistas e mais de 15 organizações da sociedade civil, o material apresenta diretrizes para fortalecer a política climática brasileira e orientar a atuação do país na conferência de Belém (PA).

O evento contou com representantes do Itamaraty, Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima, Plataforma Cipó, Mercy For Animals, Climate Emergency Collaboration Group e outras instituições parceiras. Representando o coordenador da Frente, deputado Nilto Tatto (PT-SP), o assessor Gabriel Adami destacou o caráter participativo e técnico do documento.

Bruno Arruda, do Itamaraty, afirmou que o Brasil levará à COP três prioridades: fortalecimento do multilateralismo, aceleração da ação climática e aproximação das decisões internacionais da vida real das populações.

O documento está organizado em nove eixos: transição justa; adaptação; agricultura e sistemas alimentares; financiamento climático; juventude, gênero e raça; oceanos, florestas e biodiversidade; mitigação; papel do Parlamento; e diretrizes para a delegação brasileira, apresentados pelo assessor legislativo Rodrigo Marcelino.

Entre as contribuições, a ex-ministra Isabela Teixeira destacou que a agenda climática deve ser tratada como agenda de desenvolvimento. Ana Terra, do Clima de Política, defendeu a institucionalização da participação parlamentar nas COPs. Representantes do Observatório do Código Florestal, da Plataforma Cipó, do Painel Mar e da Mercy For Animals reforçaram a importância de avançar em temas como proteção florestal, transição justa, inclusão dos oceanos e transformação dos sistemas alimentares.

[Link do Documento](#)

GT Mineração em defesa dos direitos dos territórios e da natureza



A gravidade dos impactos no setor é evidente, como mostram os dados do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil que identificou **875 ocorrências de conflito distribuídas em 736 localidades distintas**, dispersas na totalidade dos estados brasileiros, exceto o Distrito Federal. Em outras palavras, **no Brasil, em 2024, ocorreram pelo menos 2,4 ocorrências de conflitos relacionados à mineração por dia**.

O atual cenário institucional indica uma crescente fragilização das normas de proteção aos territórios, o que tende a intensificar impactos sociais e ambientais. Sob o argumento de acelerar a "transição energética", as empresas de mineração intensificam seu lobby no Congresso e promovem campanhas para legitimar o setor, utilizando o argumento de falsas soluções climáticas. Nessa conjuntura, o GT tem um papel importante de fortalecer o debate público sobre a necessidade de uma

transição justa, soberana e democrática, com foco nas propostas vindas dos territórios

O Relatório "Cada qual no seu lugar" estimou o número dos Territórios de Interesse Socioambiental sob intervenção de estruturas e projetos associados às políticas de "transição energética". Desse levantamento, serão afetados 3.318 assentamentos, 1.138 Unidades de Conservação, 254 Terras Indígenas e 145 Territórios Quilombolas.

Diante do cenário exposto, o GT Mineração trabalha para disputar os rumos da política mineral brasileira, fortalecendo a participação social, ampliando a transparência e enfrentando a lógica que coloca o lucro acima da vida e dos direitos. Ao combinar monitoramento técnico, produção de conhecimento, articulação entre sociedade civil e parlamento, o GT busca construir bases sólidas para uma política que respeite territórios, proteja pessoas e contribua para o enfrentamento da crise climática.

Raiara Pires – Secretária Executiva do GT

GT Orçamento: por uma governança climática interfederativa, com recursos adequados e participação social



O orçamento público é bússola e mapa, ao apontar as prioridades, revelar escolhas e, sobretudo, entregar (ou não) políticas públicas efetivas nos territórios. Foi com essa compreensão que foi criado o Grupo de Trabalho sobre Orçamento Público da Frente Parlamentar Mista Ambientalista. Pois, sem orçamento as políticas ambientais são apenas promessas.

Inaugurado em 24 de abril de 2025, O GT tem trabalhado em prol de uma governança climática interfederativa, com participação social e com ampliação de recursos que reduzam desigualdades de classe, raciais, de gênero e territoriais.

No primeiro semestre de 2025, o GT organizou o Seminário "A Centralidade do Orçamento na Construção das Políticas Públicas Socioambientais e Climáticas". O evento, que teve como objetivo a sensibilização e debate amplo sobre orçamento público, contou com a participação de representan-

tes das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, de organizações da sociedade civil e com parlamentares comprometidos com a agenda ambiental. O plano de trabalho do segundo semestre, conduzido pelo Inesc, combinou monitoramento, análise e incidência. O GT Orçamento apresentou propostas concretas ao PLDO 2026, lançou notas técnicas e colaborou com o documento de posicionamento da Frente para a COP 30.

Em síntese, o GT Orçamento tem buscado dar consequência institucional às urgências que já sentimos na pele e a necessidade de legislações mais robustas, com ampliação de recursos públicos que enfrentem as mudanças climáticas, tendo como prioridade a redução das desigualdades em suas faces. O grupo aposta em planejamento, previsibilidade e controle social, caminhos para que a política ambiental promova, de maneira efetiva, as ações de mitigação e adaptação.

Cristiane Ribeiro – Cogestora do INESC

Grupos de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista

Espaços de articulação entre o Parlamento e a sociedade civil para fortalecer a agenda ambiental brasileira

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista é estruturada a partir de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos, que atuam como núcleos de articulação, formulação e acompanhamento legislativo sobre as principais pautas socioambientais do país.

Cada GT é composto por um parlamentar coordenador, responsável por conduzir o diálogo político no Congresso, e um(a) secretário(a) executivo(a), representante da sociedade civil organizada, que traz para dentro do Parlamento as demandas, análises e contribuições técnicas de especialistas, movimentos e organizações.

Essa estrutura garante que as pautas ambientais e climáticas sejam construídas de forma participativa, plural e informada, conectando o

trabalho legislativo à realidade dos territórios e das comunidades.

Os GTs funcionam como espaços de escuta e coautoria de políticas públicas, promovendo reuniões temáticas, audiências, seminários e notas técnicas conjuntas. Além de acompanhar proposições legislativas, os grupos também propõem caminhos de cooperação entre governo, setor privado, academia e sociedade civil, consolidando a Frente Ambientalista como referência em diálogo democrático e técnico sobre meio ambiente e sustentabilidade.

Atualmente, a Frente conta com 14 Grupos de Trabalho ativos, que representam a diversidade da agenda ambiental brasileira:

GT Água, Mudança Climática e Gênero



Atua na interface entre segurança hídrica, adaptação climática e equidade de gênero.

Instituição: Observatório da Governança das Águas (OGA)

Secretário Executivo: Angelo Lima – Observatório das Águas – OGA Brasil

<https://www.frenteambientalista.com/gt-agua>

GT Animal

A dedicado à defesa dos direitos dos animais e à proteção da fauna silvestre, de companhia e de produção.

Instituição: Humane World for Animals

Coordenador: Deputado Federal Matheus Laiola (UNIAO-PR)

Secretaria Executiva: Antoniana Ottoni – Humane World for Animals

<https://www.frenteambientalista.com/gt-animal>

GT Cerrado

Defende a conservação do bioma e o fortalecimento das comunidades tradicionais que vivem em seus territórios.

Instituição: Rede Cerrado

Coordenadora: Deputada Federal Dandara (PT – MG)

Secretaria Executiva: Ingrid Silveira – Rede Cerrado

<https://www.frenteambientalista.com/gt-cerrado>





GT Clima

Voltado à construção de políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas e à preparação para a COP30.

Instituição: Clima de Política

Coordenadora: Deputada Federal Taliria Petrone (PSOL- RJ)

Secretária Executiva: Ana Terra – Clima de Política e Débora Rezende – Clima de Política

<https://www.frenteambientalista.com/gt-clima>



GT Educação Ambiental e Combate à Desinformação

Promove a educação ambiental como ferramenta de transformação social e combate às fake news ambientais.

Coordenador: Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-PR)

<https://www.frenteambientalista.com/gt-ed-ambientalenfrentamento-adesinformacao>



GT Empresas

Aproxima o setor produtivo das políticas ambientais, promovendo inovação e transição ecológica.

Secretário Executivo: Victor Bicca

<https://www.frenteambientalista.com/gt-empresas>



GT Energias Renováveis

Propõe medidas para ampliar o uso de fontes limpas e garantir uma transição energética justa.

Instituição: ClimalInfo

Coordenador: Deputado Federal Pedro Campos (PSB – PE)

Secretária Executiva: Cecília Oliveira – ClimalInfo

<https://www.frenteambientalista.com/gt-energias-renovaveis>



GT Juventudes

Fortalece o protagonismo jovem na agenda climática e na construção de políticas intergeracionais.

Instituição: SOS Pantanal

Coordenadora: Deputada Federal Natália Bonavides (PT-RN)

Secretario Executivo: Gabriel Adami – SOS Pantanal

<https://www.frenteambientalista.com/gt-juventudes>



GT Mar

Responsável pela articulação em torno da Política Nacional para o Mar e pela implementação da recém aprovada Lei do Mar.

Instituição: Painel Mar

Coordenador: Deputado Federal Túlio Gadelha (REDE-PE)

Secretária Executiva: Letícia Camargo

<https://www.frenteambientalista.com/gt-juventudes>



GT Pantanal

Atua na proteção das áreas úmidas e na articulação de políticas integradas para o bioma pantaneiro.

Instituição: SOS Pantanal

Coordenadora: Deputada Federal Camila Jara (PT-MS)

Secretário Executivo: Gabriel Adami – SOS Pantanal

<https://www.frenteambientalista.com/gt-pantanal>



GT Questões Urbanas e Resíduos

Discute políticas de saneamento, resíduos sólidos, reciclagem e cidades sustentáveis.

Instituição: Instituto Democracia e Sustentabilidade

Coordenadora: Deputada Federal Tabata Amaral (PSB-SP)

Secretário Executivo: Ivens Drumond – Instituto Democracia e Sustentabilidade- IDS

<https://www.frenteambientalista.com/gt-quest-urbanas>



GT Racismo Ambiental

Evidencia as desigualdades socioambientais e propõe políticas públicas que enfrentam o racismo ambiental de forma estrutural.

Instituição: Instituto de Referência Negra Peregum

Coordenadora: Deputada Federal Carol Dartora (PT-PR)

Secretaria Executiva: Maíra Rodrigues – Instituto de Referência Negra Peregum / Mariana Magalhães – Instituto de Referência Negra Peregum

<https://www.frenteambientalista.com/racismo-ambiental>



GT Mineração

Debate alternativas sustentáveis e medidas de prevenção a desastres socioambientais em áreas minerárias.

Coordenadora: Deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL-MG)

Secretaria Executiva: Rainara Pires

<https://www.frenteambientalista.com/racismo-ambiental>



GT Orçamento

Acompanha e analisa o orçamento público e as políticas de financiamento voltadas ao meio ambiente, contribuindo para assegurar recursos à agenda climática e socioambiental.

Instituição: INESC e IDS

Secretaria Executiva: Cristiane Ribeiro – Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e Luiza Chaer – Assessora de Advocacy do Instituto Democracia e Sustentabilidade- IDS

<https://www.frenteambientalista.com/gt-orcamento>

Cada GT representa uma frente de luta e cooperação, reafirmando o papel da Frente Parlamentar Ambientalista como ponte entre o Parlamento e a sociedade civil. Juntos, esses grupos constroem uma agenda baseada na ciência, na justiça social e na defesa do meio ambiente como direito de todos e dever do Estado.

Frente Ambientalista participa de painel sobre Cidades Resilientes na COP 30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista participou, no dia 11 de novembro, do painel promovido pela Rede Nacional de Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais durante a COP 30, que discutiu **"Cidades Resilientes: como adaptar nossos territórios às mudanças climáticas"**.

O encontro reuniu parlamentares, representantes do governo, especialistas e organizações

da sociedade civil para debater estratégias de adaptação climática em nível local e regional. Ao longo do painel, destacou-se a importância de integrar políticas públicas de meio ambiente, habitação, mobilidade, saneamento e desenvolvimento urbano, com foco na construção de cidades mais sustentáveis, inclusivas e preparadas para enfrentar os impactos da crise climática.

O evento contou com a participação da deputada estadual Lívia Duarte (PSOL/PA), representando a Rede Nacional das Frentes Estaduais, e do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, que reforçaram a relevância de ações coordenadas entre diferentes esferas de governo para fortalecer a resiliência climática no país.

GT Juventudes lança Agenda Legislativa na COP30



Durante a programação oficial da COP30, no dia 12 de novembro, o Grupo de Trabalho Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista lançou a Agenda Legislativa das Juventudes, um documento que reúne propostas, lutas e compromissos para fortalecer a participação jovem na construção das políticas ambientais e climáticas do país.

O lançamento ocorreu em Belém, cidade-sede da conferência, e destacou a importância da presença ativa das juventudes nos espaços de decisão. A Agenda é fruto de um processo coletivo que mobilizou mais de 30 organizações e compilou mais de 60 projetos de lei voltados à transição ecológica, justiça climática, proteção dos biomas e garantia de direitos socioambientais.

A mesa contou com a participação do deputado federal **Nilto Tatto (PT-SP)**, coordenador da

Frente Parlamentar Ambientalista; da deputada federal **Dandara Tonantzin (PT-MG)**, coordenadora do GT Cerrado; da deputada federal **Juliana Cardoso (PT-SP)**; além do secretário-executivo do GT Juventudes, **Gabriel Adami**, que liderou a elaboração do documento em parceria com movimentos socioambientais de diversas regiões do país.

Durante o lançamento, Gabriel Adami ressaltou o papel fundamental das juventudes na construção de um futuro justo e sustentável. Para ele, a Agenda representa um chamado para que o Parlamento reconheça o protagonismo das novas gerações:

"Como juventude, carregamos a esperança. Cada um de nós tem uma fagulha de mudança política, social e climática, e é essa fagulha que nos move a construir o futuro que queremos. O Parlamento do Futuro somos nós."

A Agenda Legislativa das Juventudes nasce da mobilização de uma geração comprometida em enfrentar a emergência climática, combater seus impactos e promover justiça ambiental especialmente para crianças, adolescentes e jovens da classe trabalhadora, defendendo a construção de um país que acolha todas as pessoas, independentemente de classe, gênero ou raça.

Frente Ambientalista discute o papel do Parlamento na implementação da NDC na COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista participou da COP30 com o painel **"O Papel do Parlamento na Agenda de Implementação da NDC"**, realizado em 13 de novembro. A atividade reuniu parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para debater os caminhos legislativos necessários para que o Brasil cumpra suas metas climáticas.

O encontro destacou que a implementação da NDC depende de ação coordenada entre Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e sociedade civil, integrando legislação, fiscalização, financiamento climático e participação social.

Maurício Guetta, da Avaaz, alertou para iniciativas legislativas que fragilizam a proteção ambiental e ressaltou que a aprovação do Acordo de Escazú reforça transparência, acesso à informação e justiça ambiental. Defendeu ainda a eleição de parlamentares comprometidos com a pauta socioambiental.

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-

-MG), coordenadora do GT Cerrado, enfatizou que as metas climáticas só avançam com marcos legais robustos, orçamento e fiscalização. Ela também destacou a importância da diplomacia parlamentar nas COPs e a carta internacional organizada pela Frente em parceria com a Plataforma CIPÓ.

O deputado federal Bohn Gass (PT-RS) reforçou que o financiamento da agenda climática depende do enfrentamento da desigualdade e da tributação dos mais ricos, incluindo grandes bancos e bilionários.

A diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, alertou para retrocessos no Congresso e defendeu a manutenção dos vetos ao chamado "PL da Devastação", considerado um dos maiores ataques às conquistas socioambientais recentes.

O coordenador da Frente, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), destacou a importância de políticas estruturantes de restauração ambiental e reforçou o papel estratégico da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na proteção da biodiversidade.

O Painel integrou uma série de agendas da Frente Ambientalista na COP30, dedicada a fortalecer a atuação parlamentar nas políticas climáticas do Brasil.

GT Clima destaca justiça climática durante a COP30



O GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista realizou, em 13 de novembro, o Encontro da Rede do GT Clima no pavilhão da Mídia Ninja

durante a COP30. Coordenada pela deputada **Talíria Petrone (PSOL-RJ)**, a atividade reuniu parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para ampliar o diálogo sobre desafios e prioridades da agenda socioambiental no Brasil.

Talíria destacou a mobilização expressiva na COP30 e anunciou que, no início do próximo ano, a Frente e o GT Clima promoverão um **grande encontro nacional** com parlamentares e candidaturas comprometidas com justiça climática e direitos socioambientais. Ao encerrar, reforçou: **"É urgente mudar a cara do Parlamento para assegurar o cuidado com a Terra, com nossas águas e com nossas florestas."**

Frente Ambientalista debate o papel do Legislativo na Casa IPÊ



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista participou, em 14 de novembro, de um café da manhã na Casa IPÊ durante a COP30, em Belém, reunindo parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para discutir estratégias de fortalecimento das políticas públicas de clima e biodiversidade.

O encontro destacou a necessidade de alinhar a atuação legislativa entre municípios, estados e União para garantir a implementação efetiva das leis ambientais. Os participantes defenderam que enfrentar a crise climática exige um Legislativo forte, articulado e comprometido com fiscalização, financiamento e participação social.

O deputado **Nilto Tatto** ressaltou a urgência de ampliar a representatividade ambiental no Parlamento. A deputada **Marina Helou** enfatizou a integração inédita promovida pela Rede Nacional das Frentes Ambientais. Representando o IPÊ, **Simone Tenório** reforçou que a ciência só ganha escala quando se transforma em política pública.

A atividade integrou a agenda oficial da COP30, reforçando a cooperação legislativa como elemento central para o avanço da agenda climática no Brasil.

GT de Educação Ambiental apresenta estudo sobre fake news climáticas na COP30



O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental e Enfrentamento à Desinformação da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenado pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), apresentou em 14 de novembro, durante a COP30 em Belém (PA), o

estudo "Fake News e o Enfrentamento à Desinformação Climática", produzido pela Consultoria da Câmara dos Deputados.

A publicação analisa como o Brasil tem lidado com a desinformação ambiental e aponta caminhos para fortalecer políticas públicas, legislações e iniciativas da sociedade civil no combate ao negacionismo climático. O material é resultado da articulação entre o mandato do deputado e o GT da Frente Ambientalista.

"Combater a desinformação é proteger o clima e a vida", destacou Chico Alencar ao apresentar o estudo, alertando para os impactos das notícias falsas sobre a democracia e a tomada de decisões.

O documento foi lançado na Casa da Mata Atlântica, ao lado de outras cinco publicações da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre Mudança do Clima (RPIIC), iniciativa vinculada ao capítulo brasileiro da Iniciativa Global pela Integridade da Informação Climática.

[Link do Documento](#)

Frente Ambientalista marca presença na Marcha Global pelo Clima na COP30



A Marcha Global pelo Clima tomou as ruas de Belém em 15 de novembro, durante a COP30, reunindo movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, organizações ambientais e

delegações internacionais em defesa da justiça climática, da reparação socioambiental e de um financiamento climático justo.

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista esteve presente no ato, representada por seu coordenador, deputado Nilto Tatto (PT-SP), parlamentares coordenadores de Grupos de Trabalho e secretários(as) executivos(as), reforçando o compromisso do colegiado com a agenda climática e com a participação social nas decisões internacionais.

O ato percorreu cerca de 4,5 km pelas ruas de Belém e integrou a programação da Cúpula dos Povos na COP30, que reúne lideranças de 62 países em um amplo processo de mobilização, diálogo e incidência política paralela às negociações oficiais.

GT Mar debate integração de soluções oceânicas na ação climática durante a COP30



No dia 17 de novembro, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, por meio do Grupo de Trabalho de Mar, realizou o debate "O papel dos legisladores no aumento da ambição climática com soluções baseadas nos oceanos", durante a programação da COP30.

O encontro reuniu parlamentares, cientistas e especialistas para fortalecer o diálogo e ampliar o compromisso político com a agenda oceano-clima. A atividade integrou a programação da Casa Vozes do Oceano e foi promovida pelo PainelMar

em parceria com o GT-Mar da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

O objetivo central foi consolidar estratégias nacionais que incorporem soluções oceânicas nos planos de ação climática (NDCs), fomentar novas adesões à Coalizão Interparlamentar para a Proteção dos Oceanos (ICOP) e destacar o Brasil como liderança em governança marinha e diplomacia azul. O debate reforçou ainda o papel dos parlamentos e dos espaços de decisão na promoção de políticas que integrem clima, economia azul e justiça socioambiental, estimulando a cooperação entre países em busca de desenvolvimento sustentável.

Participaram do evento o coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP); o coordenador do GT Mar, deputado federal Túlio Gadêlha (REDE-PE); e a secretária-executiva do GT Mar, Letícia Camargo.

O GT-Mar, coordenado pelo deputado Túlio Gadêlha, atua na defesa da zona costeira e marinha no Congresso Nacional, promovendo debates e construindo legislações voltadas para a gestão sustentável dos oceanos.

Frente Ambientalista participa de evento sobre alimentação sustentável na COP30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista participou, a convite do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), do evento "Do Parlamento ao Prato", realizado em 17 de novembro durante a programação oficial da COP30, em Belém (PA). A atividade reuniu parlamentares,

especialistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil para debater como alimentação, clima e justiça socioambiental estão profundamente interligados.

O encontro destacou a urgência de fortalecer sistemas alimentares sustentáveis e ampliar políticas públicas que valorizem a agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, grupos diretamente afetados pela crise climática e essenciais para a preservação da agrobiodiversidade no Brasil.

Durante o evento, foi reforçada a necessidade de ampliar programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a alimentação escolar, instrumentos fundamentais para garantir mercado e renda para agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Posicionamento sobre os Mapas do Caminho do Brasil na COP 30



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, divulgou em 19 de novembro seu posicionamento sobre os Mapas do Caminho apresentados pelo Brasil na COP30, em Belém. A Frente reconhece a importância das propostas, especialmente as voltadas à eliminação global dos combustíveis fósseis e à proteção das florestas — pilares essenciais para o cumprimento do Acordo de Paris.

O posicionamento também destaca a homologação de quatro terras indígenas (2,4 milhões de hectares) e a assinatura de dez portarias declaratórias, medidas que fortalecem a proteção

de territórios fundamentais para a preservação da floresta e do clima.

Sobre o Mapa do Desmatamento Zero até 2030, a Frente reafirma princípios centrais:

- desmatamento zero em todos os biomas;
- financiamento sólido para conservação e restauração;
- proteção a povos indígenas, comunidades tradicionais e população afrodescendente;
- integração entre clima, biodiversidade e justiça socioambiental;
- coerência entre compromissos internacionais e políticas nacionais.

No Mapa para o Fim da Dependência dos Combustíveis Fósseis, a Frente defende a eliminação progressiva de petróleo, gás e carvão, moratória em áreas sensíveis e uma transição justa que garanta segurança para trabalhadores e territórios.

O posicionamento completo pode ser acessado no site da Frente

[Link do Documento](#)

COP30 e o legado da Amazônia para o Clima



A COP30, sediada em Belém, não foi apenas uma cúpula diplomática; foi um marco de resiliência e reconhecimento para os povos indígenas e comunidades tradicionais (PICTs) brasileiras. Como advogada e especialista em política climática, testemunhei um avanço que transcende as promessas de carbono neutro, cimentando o papel desses povos como protagonistas na luta contra a crise climática. O que fica, além das negociações entre nações, é um legado de direitos, tecnologia e articulação política, que deve servir de bússola para a próxima década de ação climática global.

O ponto alto de reconhecimento, sem dúvida, foi a inclusão e a aprovação, na Cúpula de Líderes, de um texto fundamental: a Declaração de Belém sobre o combate contra o racismo ambiental. Essa vitória política e jurídica lança luz sobre como as crises climáticas e ambientais afetam de forma desproporcional as populações marginalizadas, que são as que menos contribuem para a mudança do clima. Trata-se de um reconhecimento explícito, em nível global, de que a justiça climática passa necessariamente pelo combate à discriminação estrutural que expõe quilombolas, ribeirinhos e indígenas a riscos ambientais agravados. É o atestado de que a política climática não pode ser neutra; ela precisa ser antirracista e justa em sua essência.

Paralelamente, avançamos em discussões cruciais sobre iniciativas de energia renovável que são localmente apropriadas e sustentáveis. Tenho escrito e defendido que esse é um avanço fundamental: levar soluções energéticas limpas e descentralizadas diretamente para comunidades que protegem as florestas através da sociobioeconomia e agricultura familiar local. São proje-

tos de energia solar e infraestruturas locais como acesso à água potável e internet que garantem não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a resiliência, segurança energética e alimentar, fortalecendo o potencial de adaptação, a autonomia econômica das famílias e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis como geradores a diesel. É a tecnologia limpa a serviço da sabedoria ancestral, garantindo o poder de escolha sobre o próprio modelo de desenvolvimento.

A força da sociedade civil foi expressa de forma clara no Círculo dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, realizado em paralelo à conferência oficial. Este espaço consolidou-se como o verdadeiro pulmão político da COP, onde as vozes ancestrais delinearam caminhos claros para a política global. O legado desse Círculo é a comprovação prática de que o conhecimento tradicional é, frequentemente, a solução mais eficaz e urgente para a mitigação e adaptação.

Esse legado nos impõe um desafio para o futuro. Na preparação para as próximas Conferência das Partes, o movimento global deve focar e exigir que os países-sede sejam aqueles que demonstrem respeito às mulheres, aos povos indígenas e comunidades tradicionais nas agendas temáticas da conferência. O anfitrião de uma COP não pode ignorar essas agendas de acordo com políticas e conveniências nacionais. A credibilidade da agenda global climática, em última análise, depende dessa coerência.

A COP30 nos deixou mais do que declarações protocolares; deixou bases jurídicas e sociais para uma política climática realmente justa. O texto aprovado contra o racismo ambiental, a visibilidade e articulação do Círculo dos Povos, e o impulso às renováveis para fortalecimento da sociobioeconomia local formam o tripé de um legado que precisa ser monitorado e expandido com urgência. O Brasil mostrou a força de seus guardiões. Agora, a tarefa é assegurar que esse novo patamar de reconhecimento se materialize não somente nas negociações, mas em proteção fundiária efetiva, investimentos contínuos e o respeito aos direitos territoriais de quem tem mantido as florestas em pé.

Marina Marçal - Especialista em política climática e membro do conselho consultivo da Frente Parlamentar Ambientalista

Frente Ambientalista realiza reunião de planejamento estratégico para 2026

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista promoveu, no dia 3 de dezembro, uma reunião estratégica com secretários executivos e representantes dos gabinetes dos parlamentares que integram a coordenação da Frente, com o objetivo de alinhar ações e definir prioridades para 2026.

O encontro foi coordenado pelo deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), que destacou a importância de ampliar a presença da Frente nos estados e fortalecer sua atuação como referência da agenda socioambiental no Congresso Nacional. Segundo ele, o desafio para o próximo período é integrar ainda mais os debates nacionais às demandas dos territórios e ampliar a incidência legislativa em um ano marcado pelo contexto eleitoral.

A secretária-executiva da Frente, Lídia Parente, ressaltou o esforço coletivo realizado ao longo de 2025, mesmo diante de um cenário adverso para a agenda ambiental no Parlamento. Ela

destacou que 2026 será um ano estratégico para a atuação da Frente e exigirá articulação política, diálogo com a sociedade e presença ativa no debate público. "Precisamos garantir que a pauta socioambiental esteja no centro das discussões nacionais e das disputas eleitorais", afirmou.

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) também participou da reunião e reforçou a importância da atuação conjunta da Frente, destacando o papel articulado desempenhado durante a COP30. Para ela, a unidade e o trabalho coletivo ampliam a força política da agenda ambiental no Brasil e no cenário internacional.

O encontro funcionou como um espaço de avaliação e construção coletiva, cujas contribuições devem orientar o plano de ação da Frente Parlamentar Ambientalista em 2026, com foco em ampliar o diálogo federativo, a incidência política e o impacto das pautas socioambientais no Congresso Nacional.



Ato na Câmara dos Deputados marca o Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, realizou um ato político na Câmara dos Deputados em alusão ao Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos.

A atividade reuniu movimentos sociais, especialistas, representantes do governo e do Ministério Público, reforçando a urgência de reduzir o uso de agrotóxicos no Brasil. Durante o debate, foram lembrados o desastre de Bhopal e o uso, no país, de substâncias já proibidas em outras nações.

O procurador Pedro Serafim alertou para os impactos dos agrotóxicos na saúde e criticou o duplo padrão ético na comercialização desses produtos. Os deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Pedro Uczai (PT-SC) defenderam o fortalecimento da agroecologia, o fim dos incentivos fiscais aos agrotóxicos e a efetiva implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

Representantes da sociedade civil destacaram o avanço da consciência sobre modelos de produção mais saudáveis, apesar dos retrocessos regulatórios. O governo informou que está finalizando a matriz de ações do primeiro plano de implementação do Pronara.

O ato reafirmou a importância de proteger a saúde da população, fortalecer a agroecologia e enfrentar o modelo agrícola dependente de venenos.



Audiência debate impactos da exportação de animais vivos por via marítima

Audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, com participação do GT Animal da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, debateu os impactos econômicos, sanitários e ambientais da exportação de animais vivos para abate.

Especialistas destacaram que a priorização da exportação de carne processada pode gerar mais empregos e aumentar a arrecadação. Estudo da UFMT apontou potencial de até 2 mil novos postos de trabalho e acréscimo de cerca de R\$ 67 milhões em tributos.

O debate também evidenciou riscos sanitá-

rios e de bem-estar animal associados ao transporte terrestre e marítimo, muitas vezes realizado em condições inadequadas e com embarcações antigas, elevando o risco de acidentes ambientais e à saúde pública. Experiências internacionais, como a da Índia, que proibiu esse tipo de exportação em 2018, foram citadas como referência.

Presidida pela deputada Duda Salabert (PDT-MG), autora de projeto que propõe a redução progressiva da exportação de animais vivos, a audiência encaminhou a realização de visitas técnicas a navios e o aprofundamento do diálogo com órgãos de fiscalização e regulação.



Frente Parlamentar Ambientalista alerta para corte de 65% no orçamento de prevenção a incêndios florestais no PLOA 2026

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), divulgou nota de posicionamento alertando para a expressiva redução dos recursos destinados à prevenção de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026.

O orçamento das ações executadas pelo Ibama passa de R\$ 188 milhões em 2025 para apenas R\$ 66 milhões em 2026, uma redução de cerca de 65%. O corte compromete diretamente a contratação de brigadistas, a aquisição de equipamentos, a logística e o monitoramento, enfraquecendo a capacidade do Estado brasileiro de responder

ao aumento dos incêndios florestais em um contexto de agravamento da crise climática.

A nota destaca a elevada vulnerabilidade dos biomas brasileiros, como o Pantanal e a Amazônia, onde secas extremas, acúmulo de biomassa e alterações hidrológicas têm intensificado os riscos de grandes queimadas nos últimos anos.

Diante desse cenário, a Frente Parlamentar Ambientalista defende a recomposição imediata do orçamento destinado à prevenção e ao combate aos incêndios florestais, reafirmando o compromisso com políticas públicas baseadas em evidências, resiliência climática e proteção dos biomas brasileiros.

Frente Ambientalista publica nota técnica contra projeto que quer proibir termos como "carne", "leite" e "queijo" em produtos vegetais.



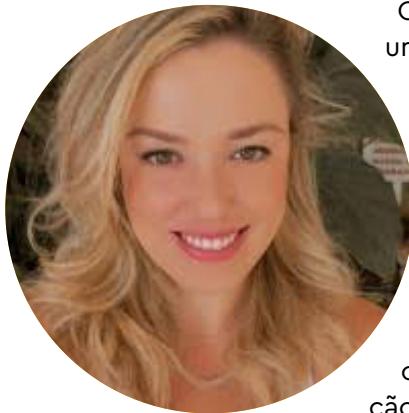
A proposta do PL 10.556/2018 não tem base técnica e ignora que 97% dos consumidores já entendem perfeitamente que esses produtos são de origem vegetal.

Além disso, o projeto cria insegurança regulatória, interfere no trabalho de órgãos como MAPA e ANVISA e pode prejudicar a inovação em tecnologias alimentares sustentáveis no Brasil.

A Frente defende que as decisões sobre nomenclatura e rotulagem devem ser tomadas com base em evidências científicas e por órgãos técnicos competentes, garantindo segurança jurídica e previsibilidade para o setor.

[Link do Documento](#)

GT-Mar: conquistas de um ano histórico, lutas decisivas e uma agenda ambiciosa para 2026



O ano de 2025 marcou um ponto de virada para a agenda oceânica no Congresso Nacional. Sob a coordenação do deputado Túlio Gadêlha e com a articulação do GT-Mar da Frente Parlamentar Ambientalista, foi construída uma atuação ampla, reunindo parlamentares, movimentos da pesca artesanal, pesquisadores e organizações da sociedade civil em defesa do oceano como regulador climático essencial. Pela primeira vez, o oceano se consolidou como eixo estratégico da política climática brasileira, ocupando espaço central no Parlamento e nas agendas internacionais do país.

Entre as conquistas mais significativas do ano, destaca-se o avanço histórico da Lei do Mar, que após treze anos de tramitação obteve acordo político e se tornou uma das principais entregas legislativas do ciclo preparatório da COP30. Também foi fundamental a aprovação do Acordo BBNJ no Congresso Nacional, inserindo o Brasil entre as nações comprometidas com a proteção da biodiversidade marinha em alto-mar, resultado direto do intenso trabalho de advocacy do GT-Mar e de organizações parceiras.

Outro marco foi a atuação firme diante dos jabutis legislativos inseridos na MP 1303/2025, que ameaçavam o seguro-defeso — política pública essencial para milhares de famílias pescadoras e para a preservação das populações aquáticas. A mobilização do GT-Mar, em conjunto com os movimentos da pesca artesanal, garantiu a defesa desse direito. Em 2025, também se consolidaram vitórias acumuladas em anos anteriores: a PEC 03/2022, que pretendia privatizar as praias, não voltou a tramitar, e o GT-Mar teve papel central na resistência ao PL da Devastação.

Ao mesmo tempo, enfrentamos lutas duras. A aprovação de projetos que impactam diretamente a zona costeira e marinha, como o PL da Devastação, amplia pressões sobre ecossistemas sensíveis ao autorizar exploração energética, grandes empreendimentos portuários, expansão da carcinicultura em manguezais e intensificação do transporte marítimo, além de estimular a especulação imobiliária e turística. Somam-se a isso as recorrentes investidas contra os limites de Reservas Extrativistas e APAs Marinhas, evidenciando que o oceano segue sob intensa disputa política.

No plano internacional, 2025 também foi um ano de projeção. O PainelMar e o GT-Mar estiveram presentes na UNOC 3, em Nice, e na COP30, em Belém, contribuindo para debates sobre governança oceânica, justiça climática e participação social. Nesse contexto, foi criada a Coalizão Interparlamentar de Proteção dos Oceanos (ICOP), com adesão de parlamentares brasileiros, e realizado o evento "O papel das legisladoras e legisladores no aumento da ambição climática com soluções baseadas no oceano", reforçando as NDCs Azuis como caminho concreto de ação climática.

Para 2026, o GT-Mar projeta uma agenda ambiciosa: aprovar a Lei do Mar no Senado; fortalecer as unidades de conservação marinhas; reconhecer territórios pesqueiros tradicionais; avançar em marcos legais estruturantes para a zona costeira e marinha; realizar um evento da ICOP no Brasil; e integrar de forma definitiva as soluções baseadas no oceano às políticas climáticas brasileiras.

Seguiremos vigilantes, com técnica, diálogo e mobilização. Porque defender o oceano no Congresso Nacional é defender vidas, territórios, culturas e o futuro climático do Brasil.

Letícia Camargo

Secretária Executiva do GT Mar – Painel Mar

[Leia a matéria completa](#)

Ferramentas de Transparéncia e Incidência Legislativa

Instrumentos que fortalecem a atuação da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, ampliando o acesso à informação, o monitoramento de proposições e a participação da sociedade civil nas decisões do Congresso Nacional.

O Café da Frente: onde a política ambiental encontra sua voz

O tradicional Café da Frente Ambientalista tornou-se, ao longo dos anos, muito mais que um encontro. É um espaço de articulação política, de troca entre mandatos, movimentos sociais, especialistas, representantes de biomas e organizações da sociedade civil, um território de diálogo que respira democracia.

Entre uma xícara e outra, nascem agendas legislativas, pactos pela proteção dos biomas, propostas de transição justa e compromissos pela defesa do clima. Ali, a política se faz próxima: parlamentares, assessorias e convidados circulam livremente, ouvindo demandas, construindo consensos

e abrindo caminhos para que a pauta socioambiental avance com força no Congresso Nacional.

O Café da Frente já ocupou o Salão Nobre, auditórios, salas de comissões e espaços diversos do parlamento. Mas, independentemente do lugar, mantém sempre o mesmo espírito: acolher, aproximar e promover alianças capazes de transformar debates em ação.

É nesse ambiente plural, afetivo e profundamente político que a Frente Parlamentar Mista Ambientalista celebra conquistas, enfrenta retrocessos e fortalece sua missão: defender os territórios, os povos e o futuro ambiental do Brasil.



Observatório de Leis



Transparência e participação no acompanhamento legislativo ambiental. Ferramenta estratégica da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, o Observatório de Leis fortalece o diálogo entre Parlamento e sociedade civil, promovendo transparência, participação social e monitoramento qualificado das decisões ambientais.

Banco de Notas Técnicas



Consolida posicionamentos da sociedade civil e serve como referência para assessorias parlamentares e partidos, ampliando o acesso a análises especializadas.

Canal de Monitoramento Técnico em Tempo Real

Em 2024, a Frente Ambientalista lançou um canal exclusivo no WhatsApp, permitindo que parlamentares, assessorias e organizações da sociedade civil acompanhem de perto o andamento das proposições legislativas.

A iniciativa amplia a capacidade de resposta rápida e mobilização, fortalece a incidência política e torna o acompanhamento legislativo mais dinâmico, participativo e eficiente, conectando, em tempo real, Parlamento e sociedade.

Posicionamento Técnico Legislativo



A Frente Parlamentar Mista Ambientalista mantém, em seu site, um espaço dedicado aos Posicionamentos Técnicos Legislativos, um canal que reúne nossas posições oficiais sobre os principais temas em debate no Congresso Nacional.

Cada posicionamento nasce do diálogo permanente entre parlamentares, especialistas, organizações da sociedade civil e os Grupos de Trabalho da Frente. É um processo coletivo, transparente e cuidadoso, que busca transformar evidências, lutas e consensos em orientação legislativa sólida.

Neste espaço, registramos o compromisso da Frente com decisões responsáveis, fundamentadas em ciência, justiça socioambiental e proteção dos biomas

Newsletter Semanal da Frente Ambientalista



A cada edição, a Newsletter traz os principais destaques da semana sobre meio ambiente, clima e desenvolvimento sustentável debates legislativos, audiências, projetos de lei e ações da Frente.

Mais do que um boletim, é um instrumento de transparência e mobilização, que aproxima parlamentares, sociedade civil, imprensa e pesquisadores da agenda socioambiental.

Agenda Semanal Legislativa



Tudo o que acontece no Congresso, em um só lugar. Todas as segundas-feiras, a Frente divulga um levantamento completo de todas as matérias relacionadas ao meio ambiente, tanto na Câmara quanto no Senado.

O trabalho detalhado identifica projetos, audiências, reuniões e eventos com impacto ambiental direto ou indireto. A Agenda também apresenta posicionamentos técnicos (favorável, contrário ou atenção) e links diretos para as Notas Técnicas do Banco de Notas, facilitando o acompanhamento e a tomada de posição.

Frente Ambientalista na Mídia 2025

Manifesto de frentes parlamentares pede adiamento da votação do 'PL da Devastação'

15 de julho de 2025

Ana Cláudia Leocádio - Da Cenarium
BRASÍLIA (DF) - Representantes de 21 frentes

Parlamentares denunciam retrocesso ambiental e cobram adiamento do 'PL da Devastação'

16/07/2025

Por Beatriz Roscoe, Valor - Brasília
16/07/2025 08h29 - Atualizado há 4 horas

Frentes parlamentares pedem adiamento da votação do PL do Licenciamento Ambiental

Deputados afirmam, em manifesto, que uma lei aprovada 'às pressas e sem consenso' pode gerar mais insegurança do que soluções

Por Beatriz Roscoe, Valor - Brasília
16/07/2025 08h29 - Atualizado há 4 horas

Bancada ambientalista está otimista sobre Hugo Motta, diz coordenador

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Nitto Tato afirma que expectativa sobre gestão de Hugo Motta é de aprofundamento de debates.

Congresso em Foco
Autoria e responsabilidade de Lucas Neiva
17/07/2025 7:34

Líder da frente ambientalista propõe revisão anual do Imposto Selvático

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista propõe revisão anual dos resultados do tributo criado para proteção ao meio ambiente.

ONU denuncia PL do licenciamento ambiental e cobra governo

Protesto ocorre enquanto parte do governo é favorável à proposta: Frente Parlamentar Ambientalista pede que o texto não seja pautado na Câmara.

2 de junho de 2025

Reprodução Leonardo Aranha / Ass. Deputado Nitto Tato

Frente ambientalista pede a Lula 18 vetos do PL do licenciamento

Documento evita voto total com parte de estratégia e mira consulta a indígenas e às licenças Ambiental Especial e de Operação Correta

20/07/2025 13:30

Por Giovana Girardi

Câmara dos Deputados | Licenciamento ambiental | meio ambiente | política | Senado

Licenciamento: deputados ambientalistas querem tempo para pautar novo projeto

Em uma tentativa de ao menos desacelerar o ritmo intenso imposto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que levou à rápida aprovação do projeto de lei Av. Itaúnaamento ambiental, no Congresso, a

30 de maio de 2025

Por Giovana Girardi

Câmara dos Deputados | Licenciamento ambiental | meio ambiente | política | Senado

Presidente da Frente Ambientalista diz que mudança no licenciamento faria Brasil dar 'exemplo' negativo no ano da COP

Nitto Tato avalia também que uma mudança na legislação atrapalharia a negociação brasileira com outros mercados, após o anúncio da tarifação dos EUA

Por Luís Felipe Azevedo - Rio de Janeiro
17/07/2025 18h59 - Atualizado há 3 meses

FRENTE PARLAMENTAR MISTA AMBIENTALISTA LANÇA "GRUPO DE TRABALHO ANIMAL" NO CONGRESSO NACIONAL

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista lança o "Grupo de Trabalho Animal" no Congresso Nacional

17/07/2025

Frente Ambientalista entrega propostas da Câmara para a COP30 e defende avanços em políticas climáticas

Documento lista sete projetos prioritários, incluindo PEC da Água, proteção de rios e ratificação do Acordo de Escazú

Polina Santos, colaboração para a CNN Brasil, São Paulo
23/10/25 às 17:52 | Atualizado 23/10/25 às 20:48

Frente Ambientalista entrega propostas da Câmara para a COP30

A Frente Parlamentar Ambientalista entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta

Frente Ambientalista apresenta sete prioridades da Câmara para a COP30

A Frente Parlamentar Ambientalista entregou ao presidente da Câmara, Hugo Motta, documento com sete propostas prioritárias. Entre elas está a PEC da Água, proteção de rios e ratificação do Acordo de Escazú.

Frente Ambientalista na Mídia Câmara dos Deputados

Frentes ambientalistas reforçam pedido de voto ao projeto que altera licenciamento ambiental

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem até o dia 8 de agosto para sancionar a lei

05/08/2025 - 19:18

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Frente parlamentar ambientalista quer levar à COP propostas para enfrentar mudanças climáticas

Conferência do Clima será realizada em novembro em Belém, no Pará

25/03/2025 - 19:32

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Frente ambientalista vê petróleo, licenciamento e metas climáticas como contradições na COP30

Assunto foi debatido na Câmara nesta terça-feira

21/10/2025 - 19:42

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Frente Ambientalista entrega propostas da Câmara para a COP30 e defende avanços em políticas climáticas

Documento apresentado ao presidente da Câmara lista medidas prioritárias e reforça o papel do Parlamento no combate às mudanças climáticas

23/10/2025 - 15:14 - Atualizado em 27/10/2025 - 13:11

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Frentes parlamentares lançam manifesto pelo adiamento da votação do novo licenciamento ambiental

Câmara pode votar a proposta ainda nesta semana

15/07/2025 - 18:00

Kayce Maranhão / Câmara dos Deputados

Deputados esperam ampliar apoio a projetos de lei sobre mudanças do clima após a COP30

Justiça climática, transição energética e valorização dos povos tradicionais são temas que devem ganhar destaque

19/11/2025 - 12:54

Umberto Perinello / Câmara dos Deputados

Frentes ambientalistas reforçam pedido de voto ao projeto que altera licenciamento ambiental

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem até o dia 8 de agosto para sancionar a lei

05/08/2025 - 19:18

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Deputados participam dos debates da Conferência do Clima em Belém; ouça

Nitto Tato lembra que decisões da COP30 precisam ser adaptadas para a realidade de cada país; daí, a importância de o Parlamento participar dos debates

10/11/2025 - 11:44

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Movimentos sociais se mobilizam para a COP 30 e cobram recursos para adaptação às mudanças climáticas

Eles participaram de seminário na Câmara nesta quarta

26/02/2025 - 20:33

TV Câmara

Câmara aprova aumento de pena para mineração ilegal em terras indígenas

Projeto de lei será enviado ao Senado

05/11/2025 - 16:15

Kayce Maranhão / Câmara dos Deputados

Comissão colhe sugestões para a criação da Política Nacional de Bioeconomia

Proposta é uma das prioridades da Frente Parlamentar Ambientalista em razão da COP30

04/11/2025 - 19:07

Vinícius Loures / Câmara dos Deputados

PROGRAMAS DA TV CÂMARA

REPORTAGENS

Frente Parlamentar Ambientalista
Câmara dos Deputados

Assista no YouTube

10/11/2025

10/11/2025



A FRENTE AMBIENTALISTA NAS REDES SOCIAIS

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista vem fortalecendo sua presença digital e ampliando o diálogo com diferentes públicos por meio das redes sociais. Esses canais têm se consolidado como espaços estratégicos para mobilizar, informar e engajar a sociedade na defesa das causas ambientais e climáticas.

Todo o crescimento foi alcançado de forma 100% orgânica, sem qualquer investimento financeiro em publicidade ou impulsionamen-

to de conteúdo. O resultado reflete a credibilidade construída ao longo dos anos, a qualidade das informações compartilhadas e o engajamento genuíno de uma comunidade comprometida com a sustentabilidade.

Por meio das redes, a Frente reforça seu compromisso com a transparência e a participação social, levando os principais debates e ações do Congresso Nacional para mais perto da sociedade civil.



Ações da Frente Ambientalista em 2025

Um Ano de Mobilização e Diálogo

Em 2025, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista (FPAmb) e seus Grupos de Trabalho (GTs) mantiveram uma agenda intensa e colaborativa, consolidando-se como espaço de diálogo entre Parlamento, governo e sociedade civil, com destaque para a mobilização em torno da COP30, realizada em Belém.

Ao longo do ano, foram 157 ações sendo 66 da Frente e 91 dos GTs entre audiências públicas, seminários, sessões solenes, debates, cursos, exposições e reuniões técnicas, fortalecendo o debate legislativo e a incidência política em defesa do meio ambiente e da justiça climática.

66 Ações da Frente Ambientalista



94 Ações dos Grupos de Trabalho



FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

**Quer acompanhar mais de perto as
ações da Frente Ambientalista?**

Instituições que atuam com advocacy e incidência legislativa podem se inscrever para fortalecer o diálogo, receber atualizações e participar de agendas estratégicas no Congresso.

Aponte a câmera e preencha o formulário.



EXPEDIENTE

Coordenadores:

Coordenador Câmara Federal
Deputado Federal Nilto Tatto (PT-SP)

Coordenadora Senado Federal
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

Conselho consultivo

Lídia Parente
Malu Ribeiro
Marina Gadelha
Marina Marçal
Maurício Guetta
Suely Araújo

Secretaria Executiva

Lídia Parente

Edição e texto
Larissa Nunes
Lídia Parente Bucar

Gabinete do Coordenador

Leonardo Aragão

Assessoria Técnica Legislativa

Gabriel Adami
Ian Coêlho
Izabel Honorato
Rodrigo Marcelino

Comunicação
Larissa Nunes

Monitor Técnico Legislativo

Victor Porcin

Projeto gráfico e diagramação
Renan Nunes

Fotos

Agência Câmara, Agência Senado e
Acervo da Frente Parlamentar

Conheça nosso observatório
<https://www.frenteambientalista.com/projetodelei>

**Conheça a Frente Parlamentar
Mista Ambientalista**

<http://www.frenteambientalista.com>

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos da Frente Parlamentar Mista Ambientalista só foram possíveis graças à força de uma ampla rede de apoio, cooperação e confiança construída ao longo dos anos.

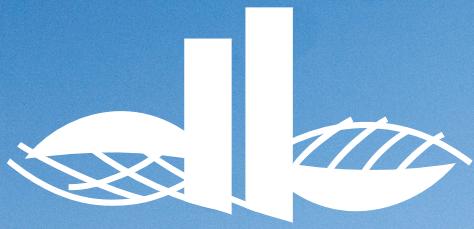
Cada ação e resultado reflete o empenho coletivo de parlamentares, assessorias, organizações da sociedade civil, especialistas, instituições parceiras e apoiadores que acreditam na importância de uma agenda ambiental forte e participativa no Congresso Nacional.

A todos que contribuíram com tempo, conhecimento, articulação, dedicação e apoio financeiro, o nosso reconhecimento e gratidão por caminharem conosco na defesa do meio ambiente, da democracia e da justiça socioambiental.

Agradecemos especialmente à Fundação SOS Mata Atlântica, ISA, WWF-Brasil, Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima e Inesc, cujo apoio institucional e financeiro viabilizou ações e iniciativas fundamentais ao longo do ano.

Agradecimentos especiais aos Secretários Executivos de cada Grupo de Trabalho, cuja dedicação diária mantém viva a ponte entre o Parlamento e a sociedade civil.

Seguimos com esperança e determinação, certos de que, com o apoio contínuo de nossos parceiros, poderemos ampliar e fortalecer nossas ações em defesa da vida, da democracia e da sustentabilidade.



**Frente Parlamentar Mista
Ambientalista**



www.frenteambientalista.com

www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis

